

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

LAYS ALVES RODRIGUES

**PREFERÊNCIAS E COMPETIÇÃO ELEITORAL: ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE
GOVERNO DOS CANDIDATOS AO EXECUTIVO SUBNACIONAL EM 2018**

**RECIFE
2020**

LAYS ALVES RODRIGUES

**PREFERÊNCIAS E COMPETIÇÃO ELEITORAL: ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE
GOVERNO DOS CANDIDATOS AO EXECUTIVO SUBNACIONAL EM 2018**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof. Dra. Gabriela da Silva Tarouco

Coorientador: Prof. Dr. Davi Cordeiro Moreira

**RECIFE
2020**

Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

R696p Rodrigues, Lays Alves.
Preferências e competição eleitoral : análise dos programas de governo dos candidatos ao executivo subnacional em 2018 / Lays Alves Rodrigues. – 2020.
75 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientadora : Gabriela da Silva Tarouco.
Coorientador : Davi Cordeiro Moreira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2020.

Inclui referências.

1. Ciência política. 2. Eleições. 3. Programas de governo. 4. Análise automatizada de texto. 5. Structural topic modeling. I. Tarouco, Gabriela da Silva (Orientadora). II. Moreira, Davi Cordeiro (Coorientador). III. Título.

320 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2024-020)

LAYS ALVES RODRIGUES

PREFERÊNCIAS E COMPETIÇÃO ELEITORAL: ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE GOVERNO DOS CANDIDATOS AO EXECUTIVO SUBNACIONAL EM 2018

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: 30/11/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Gabriela da Silva Tarouco
Orientadora

Profa. Dra. Nara Salles
Examinador externo (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Prof. Dr. Maurício Izumi
Examinador externo (Universidade Federal do Espírito Santo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora professora Gabriela Tarouco que, para além das recomendações e correções no presente trabalho, é um grande exemplo de profissionalismo, disciplina e dedicação que levarei para sempre. Agradeço também ao professor Davi Moreira que, mesmo antes de ter aceitado ser coorientador, já tinha me mostrado novas possibilidades e ferramentas de trabalho quando ministrou a disciplina de análise de dados, esse momento foi muito importante durante o mestrado, pois percebi que podia desenvolver novas habilidades.

Durante esse período pude contar com uma bolsa da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). Sou grata porque essa bolsa foi essencial para que eu pudesse residir em Recife e me dedicar exclusivamente ao mestrado.

Tenho certeza de que esse trabalho não teria sido feito se eu não tivesse tido a ajuda de algumas pessoas. Agradeço a David Cavalcante, que me acompanha na vida, me ajudou muito com a aquisição dos dados e desenvolvimento da pesquisa, e me manteve sã nos momentos mais críticos. À Renata Cavalcanti, amiga que conquistei na sala de aula, nos demos as mãos e seguimos contribuindo com o trabalho uma da outra e ouvindo todas as lamentações e inseguranças. À minha amiga da vida Juliana Monteiro que ajudou com a correção do trabalho. Nunca esquecerei de vocês.

Agradeço ao curso de Ciência Política (UFPE) que me ajudou a ser quem eu sou hoje. Desde a graduação até o mestrado, sou grata por tudo. Foi nesse trajeto que aprendi muito do que sei hoje, dentro e fora da sala de aula. Foi nesse percurso que conheci grandes amigos, pessoas que me entendem, criticam e ajudam a seguir: João Pedro, Júlio, Natália, Rodrigo, Matheus, Eliza, Bhreno, Evertton, Luíza e tantos outros. Obrigada por tudo.

Agradeço aos pesquisadores que aceitaram participar da banca de defesa da dissertação, Maurício Izumi e Nara Salles, a presença de vocês é uma honra para mim, que usei seus trabalhos como referências para fazer o meu, admiro muito suas pesquisas e acredito que a banca não poderia ser outra senão essa. Agradeço também àquelas que estiveram na qualificação, Nara Pavão e Mariana Batista, obrigada pelas recomendações.

No fim de um ciclo é preciso agradecer. Olho para trás e vejo meus pais como os maiores apoiadores dessa jornada e das escolhas que fiz nela, devo tudo aos dois, por isso, agradeço à Márcia e ao Adelmo, pelo esforço para me manter longe de casa e por sempre me lembrarem quem eu sou e do que sou capaz.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar a competição eleitoral no Brasil usando os tópicos mais salientes nos programas de governo dos candidatos a governador nas eleições de 2018. Para avaliar os tópicos salientes foi adotado o *Structure Topic Model*, modelo de análise de texto automatizada que permite avaliar os documentos, estimando seus tópicos e incluindo os metadados. A primeira hipótese do trabalho busca testar a ideia de que candidatos de um mesmo partido têm a mesma prioridade. Já a segunda hipótese busca testar a influência da ideologia sobre as preferências dos candidatos de cada partido. O primeiro teste inclui a análise de 172 documentos, 31 partidos nos 26 estados da federação. Já o segundo teste inclui um *corpus* de 116 documentos, 18 partidos nos 26 estados da federação usando a ideologia como covariável. Os resultados mostraram que não há associação entre o partido e o tópico prioritário, nem a ideologia influencia a prevalência dos tópicos.

Palavras-chave: eleições; programas de governo; análise automatizada de texto; structural topic modeling

ABSTRACT

This thesis aims to investigate the electoral competition in Brazil using the most salient topics in the programs of the candidates for governor in the elections of 2018. To evaluate the most salient topics it was used Structural Topic Modeling, a model of computer-aided text analysis, that allows evaluation of the documents, estimating their topics, and including metadata. The first hypothesis of this work aims to test the idea that candidates of the same party have the same priority. The second hypothesis aims to test the influence of ideology over the prevalence of topics. The first test includes an analysis of 172 documents, of 31 parties over 26 states. The second test uses a corpus of 116 documents, of 18 parties over 26 states including ideology as a metadata. The results show that there is no association between the party and the most salient topics of its candidates, neither ideology influences the prevalence of topics.

Key-words: elections; government programs; computer-aided text analysis; structural topic modeling

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura do STM	42
Figura 2 – Gráfico 1 - registro de candidaturas de 2010 a 2018	43
Figura 3 – Gráfico 2 - registro de candidaturas por partido em 2018	44
Figura 4 – Gráfico 3 - distribuição de programas analisados (por partido)	45
Figura 5 – Gráfico 4 - nuvem de palavras antes do pré-processamento	46
Figura 6 – Gráfico 5 - nuvem de palavras depois do pré-processamento	46
Figura 7 – Gráfico 6 - teste de estimação do número K de tópicos	47
Figura 8 – Gráfico 7- exclusividade e coerência	48
Figura 9 – Gráfico 8 - ideologia dos partidos	49
Figura 10 – Gráfico 9 - distribuição de palavras por tópico	52
Figura 11 – Gráfico 10 - correlação entre os tópicos	53
Figura 12 – Gráfico 11 - convergência entre tópicos	53
Figura 13 – Gráfico 12 - distribuição da probabilidade de documentos por tópico	59
Figura 14 – Gráfico 13 - distribuição de tópico por documento	61
Figura 15 – Gráfico 14 - resíduos do teste de qui-quadrado	62
Figura 16 – Gráfico 15- efeito estimado da ideologia sobre a prevalência dos tópicos	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação dos tópicos e suas raízes	58
Tabela 2 – Teste de qui-quadrado	61
Tabela 3 – Medidas descritivas da variável Ideologia	63
Tabela 4 – Resultado dos modelos OLS simples	64

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	COMPETIÇÃO PARTIDÁRIA E SEUS DESDOBRAMENTOS TEÓRI- COS	12
2.1	O DEBATE ENTRE DOWNS E STOKES	12
2.2	TEORIA DA SALIÊNCIA	16
2.3	PREFERÊNCIA E IDEOLOGIA	22
2.4	COMPETIÇÃO E ÊNFASE PROGRAMÁTICA NO BRASIL	26
2.5	SÍNTESE	29
3	GOVERNOS ESTADUAIS E A LÓGICA DAS ELEIÇÕES SUBNACIO- NAIS NO BRASIL	31
3.1	HIPÓTESES	34
4	METODOLOGIA	36
4.1	ANÁLISE DE CONTEÚDO	36
4.2	STRUCTURAL TOPIC MODEL (STM)	41
4.3	OS PROGRAMAS ENQUANTO DADO	42
4.4	NÚMERO DE TÓPICOS E METADADO	46
4.5	SÍNTESE	49
5	RESULTADO	51
5.1	OS TÓPICOS ENCONTRADOS	51
5.2	OS PARTIDOS	59
5.3	A IDEOLOGIA	63
5.4	SÍNTESE	64
6	CONCLUSÃO	66
	REFERÊNCIAS	69

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo investigar o conteúdo programático dos programas de governo dos candidatos aos executivos estaduais nas eleições de 2018. Além de analisar suas preferências, tem como objetivo investigar se os candidatos de um mesmo partido têm as mesmas prioridades e se a ideologia tem influência sobre a saliência dos tópicos.

Desse modo, no primeiro capítulo do trabalho argumentei sobre a competição eleitoral. Esse debate se dá, principalmente, por duas correntes diferentes, a competição programática e a competição espacial. Na primeira, os atores têm preferências programáticas definidas e competem no sentido de sua agenda de questões, já na segunda, a competição acontece no espaço ideológico, no qual os atores se posicionam de forma a se aproximar do maior número de eleitores.

A partir desse debate mostrei os desdobramentos teóricos que surgiram na área. E, uma das relações mais abordadas nesse discurso é a relação entre ideologia e saliência temática. Para estudiosos do *Manifesto Research on Political Representation* (MARPOR), essa relação se dá no sentido de que as preferências ditam sua ideologia. No entanto, a relação reversa, na qual a ideologia assume papel de variável independente, ainda é pouco debatida na ciência política.

Após o capítulo sobre as teorias acerca da competição eleitoral, me debrucei sobre o poder dos governadores durante o período eleitoral e durante seu mandato. O governador exerce grande influência na política estadual, pelo seu poder na alocação de recursos, execução de políticas públicas e relação com o governo federal. Nesse sentido, existe um debate na ciência política sobre a influência das eleições nacionais no contexto subnacional. No entanto, os estudos sobre os pleitos subnacionais ainda são escassos no Brasil, aqui o intuito é contribuir para o debate utilizando a literatura sobre competição eleitoral e saliência.

Posteriormente apresentei as hipóteses que foram testadas no trabalho. A primeira é fruto da teoria da saliência, portanto, avaliei se “Candidatos de um mesmo partido se assemelham quanto as suas prioridades programáticas”. A segunda hipótese desenvolvi para avaliar ideologia enquanto variável independente, por isso propus que “A ideologia está relacionada ao tópicos abordados nos programas partidários”.

Para averiguar as preferências dos partidos foi feita a análise de conteúdo dos programas. Vários trabalhos utilizam a análise de conteúdo com a finalidade de analisar preferências. No entanto, são mais comumente utilizadas as categorias pré-estabelecidas do MARPOR, que utilizam quasi-sentenças como unidade de análise. Aqui, as categorias são definidas por tópicos que foram estimados a partir da análise de palavras mais frequentes e coexistentes nos programas. Para isso, os documentos foram avaliados de forma automatizada utilizando o *Structural Topic Model* (STM).

No presente trabalho a ideologia exerce o papel de variável independente. Isto é, a

ideologia foi testada como possível explicação para a saliência dada aos tópicos nos programas eleitorais. Para isso, a medida de ideologia utilizada foi a do *Brazilian Legislative Survey* com dados relativos à ideologia dos partidos presentes na Câmara dos Deputados em 2017, no qual os representantes responderam a uma série de questões, para posteriormente os partidos serem alocados na dimensão esquerda-direita.

As contribuições do trabalho são tanto teóricas quanto metodológicas. Para a teoria, o trabalho tem como objetivo contribuir para o debate sobre competição no âmbito subnacional somado à influência da ideologia sobre as preferências temáticas dos partidos. No campo metodológico, o trabalho visa ampliar o uso de metodologias automatizadas de análise de conteúdo ao fazer uso de técnicas pouco exploradas na Ciência Política nacional ao empregar o *Structure Topic Model* (STM).

Os resultados do trabalho mostraram que ao estimar o número de tópicos suficiente para os 172 programas disponíveis seria de 8. Então, a partir da estimação dos 8 tópicos, que indicam as preferências temáticas dos candidatos, testei a primeira hipótese utilizando o teste de qui-quadrado, que mostrou não haver associação entre as preferências e os partidos. Já a segunda hipótese foi testada utilizando uma regressão linear simples, entre as preferências e a ideologia, que também mostrou não haver relação causal entre as variáveis. Seguido dos resultados apresento as conclusões do trabalho.

Em suma, o primeiro resultado mostrou que, as preferências dos candidatos aos governos estaduais não versam sobre a criação políticas públicas, e sim como esses candidatos irão tratá-las, se ampliando os serviços do governo, dando autonomia aos municípios, ou então, fazendo parceria com o setor privado. O segundo resultado mostrou que essas preferências não é resultado de uma delimitação de preferência do partido no âmbito nacional. Por fim, o último resultado mostra que a ideologia do partido no nível nacional não está associada às preferências políticas no nível estadual. .

2 COMPETIÇÃO PARTIDÁRIA E SEUS DESDOBRAMENTOS TEÓRICOS

Partidos políticos são instituições essenciais para o funcionamento das sociedades democráticas. Eles viabilizam a estruturação da democracia, organizam a competição política, agregam interesses e é através deles que se governa e que se conduz os trabalhos legislativos (Amaral, 2013).

Os partidos são a conexão fundamental entre a sociedade e o governo. Dalton et al (2011) identificam cinco ligações cruciais que estabelecem a relação entre os partidos e seus eleitores: (1) a conexão de campanha, na qual os partidos recrutam os candidatos e estabelecem os parâmetros para o processo eleitoral; (2) a ligação participatória, na qual os partidos incentivam os eleitores e mobilizam o voto; (3) a ligação ideológica, que ocorre quando os partidos informam seus eleitores sobre escolhas políticas nas eleições e os eleitores baseiam seus votos a partir dessas alternativas políticas; (4) de representação, quando os partidos estabelecem uma boa congruência entre as preferências dos eleitores e as políticas representadas no parlamento e no governo; por fim, (5) partidos estabelecem conexão política quando entregam as políticas defendidas durante a campanha eleitoral (Dalton; Farrell; McAllister, 2011, p.7).

Nesse sentido, o estudo das estratégias partidárias é um instrumento capaz de evidenciar como os partidos se relacionam com outros partidos e com a sociedade. As estratégias eleitorais serão estudadas nesta dissertação a partir da literatura acerca da competição eleitoral. O estudo sobre competição será apresentado sob duas perspectivas teóricas que dissertam sobre o tema, a competição espacial (Downs, 1957) e a competição programática (Stokes, 1963; Budge; Farlie, 1983; Petrocik, 1996). As abordagens sintetizam a competição entre estímulos à convergência, quando se dá sob aproximação ideológica (espacial), e estímulos de não-convergência, quando os partidos sentem a necessidade de se diferenciar programaticamente.

No entanto, embora as duas correntes teóricas abordem a competição de prismas metodológicos diferentes, elas não são excludentes. Ideologia e preferências programáticas são capazes de influenciar uma mesma disputa, já que a competição eleitoral é um fenômeno bastante heterogêneo (Grofman, 2004; Salles, 2019). Na prática, a relação entre preferência política e ideologia é mais complexa que as proposições das teorias, se analisadas separadamente.

2.1 O DEBATE ENTRE DOWNS E STOKES

O debate sobre competição partidária tem como marco na Ciência Política o trabalho de Downs (1957). A partir do trabalho de Downs, Stokes (1963) propôs uma nova perspectiva acerca da dinâmica de escolha eleitoral. Essas duas teorias ainda exercem grande influência nos modelos baseados no comportamento eleitoral (Sanders *et al.*, 2011).

O modelo espacial, ou posicional, proposto por Downs foca nas proximidades ideológicas

entre os partidos e os eleitores. Seu argumento é que os atores políticos estão distribuídos em um espectro ideológico, no qual se deslocam com o intuito de conseguir apoio público. Já o modelo de valência, proposto por Stokes dá ênfase à importância da avaliação dos eleitores sobre a capacidade que os partidos têm de entregar políticas salientes e que são objetivo comum do eleitorado.

A teoria de Downs tem como principal inspiração o trabalho de Harold Hotelling (2012) e Duncan Black (1948). O modelo econômico neoclássico, que os autores utilizam, assume que os indivíduos tentam maximizar sua utilidade quando votam por um político ou um candidato. A teoria propõe tanto uma análise da dinâmica de voto quanto da competição partidária. Em um cenário bipartidário, os dois partidos se posicionariam na escala esquerda-direita, sendo a escala ideológica a única questão que importa na competição política. Nesse sentido, o eleitor escolheria o candidato do qual fosse mais próximo na escala ideológica.

Quando a distribuição de votos ao longo da escala corresponde à uma distribuição normal, o modelo produz um equilíbrio no qual ambos partidos convergem para o centro da escala. Esse caso é denominado teorema do eleitor mediano (Hotelling, 2012), Downs explica que esse equilíbrio ocorre quando existem poucos eleitores nos extremos, assim os partidos convergem ao centro na busca de aumentar seu número de eleitores.

O modelo downsiano sustenta a ideia de convergência baseando-se em alguns pressupostos, como a suposição de que os partidos e os candidatos têm como única motivação a busca pelo cargo e que os eleitores escolhem somente com base na proximidade ideológica. Assim, a mudança dos partidos dentro do espectro ideológico torna as dinâmicas eleitorais mais atrativas ao longo do tempo (Sanders *et al.*, 2011)

Além disso, a teoria espacial não ignora a possibilidade de que talvez exista um “voto estático”. Em vez de fazer novas suposições sobre a posição ideológica dos partidos, os eleitores otimizam esforços e repetem as escolhas das eleições passadas. Desta maneira, eles desenvolvem o hábito de votar de uma mesma forma ao longo do tempo. Essa tendência de votar repetidamente no mesmo partido, sem qualquer cálculo novo de utilidade, é denominada por Campbell *et al.* (1980) como ‘identificação partidária’.

Deste modo, Stokes (1963) elaborou uma das críticas mais contundentes ao modelo espacial proposto por Downs (1957). No trabalho, Stokes faz sua crítica baseada nos pressupostos do modelo downsiano, questionando diretamente seus fundamentos e principais pressupostos. Tais pressupostos são: unidimensionalidade, estrutura fixa ordenada e referência comum.

Essas características do modelo espacial assumem, respectivamente, que a competição eleitoral acontece somente na dimensão “esquerda-direita”, assim essa dimensão é fixa e os partidos se movem ao longo dela. Ela também é ordenada em uma escala, na qual os eleitores e partidos estão alocados em vários pontos ao longo da mesma. Por fim, o espaço de questões é o mesmo entre os partidos e seus eleitores. Quando partidos se posicionam em relação a dada

questão, os eleitores entendem o que aquilo significa e são capazes de comparar a posição do partido com as suas.

Stokes (1963) rejeita a unidimensionalidade dizendo que, na verdade, a competição eleitoral acontece em múltiplas dimensões. Essas dimensões são independentes umas das outras na mente dos eleitores. O exemplo usado pelo autor vem da pesquisa realizada pelo American National Election Studies dos anos 1950, mostrando que as opiniões sobre política externa eram divergentes das opiniões sobre gastos públicos.

Converse et al. (1965) reforçam o trabalho de Stokes dizendo que a maioria dos eleitores não têm crenças políticas coerentes, e que a maioria desses eleitores não consegue se posicionar na escala esquerda-direita de maneira significativa. A implicação disso é que os partidos ganham pouco ao tentar identificar o eleitor mediano no espectro de questões.

A segunda crítica que Stokes tece ao modelo espacial está relacionada ao espaço fixo no qual acontece a competição, com eleitores ancorados enquanto os partidos se movimentam na busca por mais vantagens eleitorais. Essa suposição tem como fundamento a teoria econômica na qual as preferências do consumidor são determinadas de forma exógena.

O modelo de valência elaborado por Stokes (1963) surge com sua crítica ao axioma das dimensões ordenadas, ou seja, para Downs, existe ao menos um conjunto de alternativas de ação política que os partidos defendem e os eleitores preferem. O argumento do modelo de Stokes é que a maior parte dos temas que movimentam a política não envolvem muitas alternativas de ação governamental. A corrupção, no exemplo usado pelo autor, é uma questão que caso fosse debatida durante as eleições, todos os candidatos posicionariam-se no mesmo ponto - a favor de um governo virtuoso.

As questões de valência, aquelas nas quais há grande consenso sobre o que é desejável, mudam a ideia de que partidos e eleitores estão distribuídos em um espectro político. Assim, se não há variação no ponto onde os partidos se encontram, não há competição espacial. Desse modo, esses temas que são consenso político transformam o modelo espacial em modelo de valência. Nesse contexto, o debate é sobre quem é o candidato mais capaz de entregar o que as pessoas querem, e não o que deveria ser entregue.

De modo geral, a maior crítica feita ao modelo espacial diz respeito ao nível de informação que os eleitores têm que adquirir para então decidir em quem votar. O modelo de Downs requer que os eleitores saibam sobre o espaço das questões, entender onde os partidos estão alocados no espectro, acompanhar os movimentos dos partidos e adequar suas escolhas eleitorais sob a luz desses movimentos.

A diferença entre os dois modelos é que, enquanto o modelo de valência diz sobre quem pode entregar a política, o modelo downsiano assume que a entrega da política se dá de forma automática e confunde promessa com performance (Sanders *et al.*, 2011). Outro ponto é que o modelo de valência reduz os custos informacionais ao enfatizar performances e atalhos fornecidos

por filiação partidária e pelos líderes, não por futuras promessas. A probabilidade de manipulação política também é reduzida no modelo ao dar ênfase aos resultados já conhecidos, em vez de deixar o eleitor dependente de promessas que talvez não sejam cumpridas.

Apesar das diferenças, os modelos podem se complementar. Questões de valência geralmente possuem uma dimensão espacial. Clarke (2009) aponta que prosperidade econômica é um tema de valência, porém pode conter uma variedade enorme de resultados e abordagens. A maioria das pessoas prefere crescimento econômico a nenhum crescimento, porém não é claro que tipo de crescimento elas querem, já que quando o crescimento é muito, ele vem acompanhado de externalidades negativas, como danos ao meio ambiente. Desse modo, crescimento econômico pode ser visto em termos espaciais (Clarke *et al.*, 2009, p.45).

Por isso, questões espaciais têm que ser consideradas quando se estuda políticas de valência, assim como a teoria espacial tem que incorporar preceitos do modelo de valência. Alguns trabalhos foram feitos para incorporar questões de valência ao modelo espacial de competição partidária. Nesse sentido, se um candidato é visto como mais confiável ou honesto que o outro, essa característica de valência vai operar a favor do candidato e esse traço do candidato vai fazer ainda mais diferença quando os candidatos estiverem próximos no espectro ideológico (Ansolabehere; Snyder, 2000; Schofield, 2005).

Ambas as teorias assumem que os eleitores tomam decisões racionais e geralmente baseadas em informação limitada. As abordagens se diferenciam na complexidade do cálculo que os eleitores fazem. A teoria espacial requer a compreensão da dimensão ideológica ou questão espacial na qual os partidos se localizam e os eleitores devem se posicionar e posicionar os partidos nesse espaço.

O modelo de valência requer menos esforço cognitivo. Ele meramente requer que o eleitor julgue o mérito de um número pequeno de indivíduos proeminentes, ou líderes partidários, e avalie as capacidades dos principais partidos alternativos nas áreas que o eleitor priorize (Sanders *et al.*, 2011).

Portanto, ao tecer críticas ao modelo downsiano, Stokes (1963) elaborou um modelo que, de certa forma, complementa o primeiro. A análise das dinâmicas eleitorais deve prestar atenção aos temas, à ideologia e às variações demográficas. Efeitos de valência estão associados às questões, avaliação de liderança e às preferências partidárias (Clarke *et al.*, 2009).

Sanders (2011) ao analisar as dinâmicas de apoio partidário nas campanhas Britânicas, identificou que o modelo de políticas de valência supera o modelo espacial em termos de efeitos diretos na mudança de voto em um período de 40 anos. No entanto, os efeitos espaciais não desaparecem quando considerações de valência são controladas - é preciso elaborar um modelo que inclua os dois tipos de variável com um maior poder de explicação.

O cálculo ideológico serve como uma fonte para os julgamentos de valência - eleitores usam o cálculo ideológico como atalho para avaliar a competência dos partidos. Partidos que

são ideologicamente mais próximos que seus eleitores são julgados como mais capazes e críveis para alcançar os objetivos políticos desejados, como prosperidade econômica, saúde e segurança pública.

A principal conclusão de Sanders é que tanto o modelo espacial quanto o modelo de valência exercem influência no comportamento eleitoral. Variáveis ideológicas têm efeito direto e indireto no voto, mas seus efeitos diretos são substancialmente mais fracos que os das variáveis de valência. Por isso, a principal arena onde os partidos competem envolve questões de valência. O maior desafio de um partido é convencer o eleitorado da sua competência em áreas como economia, serviços e segurança pública (Sanders *et al.*, 2011, p.27).

Para Clarke (2009) o cálculo ideológico é mais importante para os eleitores mais politicamente sofisticados e instruídos, porque esse cálculo é mais difícil que o proposto pelo modelo de valência. Nessa lógica, liderança e características partidárias exercem uma menor influência na decisão de voto entre os mais sofisticados. Para o autor, é mais provável que os eleitores deem prioridade às questões de valência que as de ideologia. É também mais provável que os partidos que estão há mais tempo no poder sejam avaliados pelas políticas realizadas, já que esse repertório é mais tangível.

Assim, as teorias de Downs e Stokes vêm dividindo atenção quanto ao estudo da competição partidária. Enquanto o primeiro dá ênfase às preferências ideológicas, o último ressalta a importância do conteúdo programático dos partidos. E, mesmo que a segunda teoria tenha surgido como uma crítica a primeira, os dois modelos se complementam e, quando trabalhados juntos, ajudam a compreender melhor as dinâmicas eleitorais (Ansolabehere; Snyder, 2000; Clarke *et al.*, 2009; Sanders *et al.*, 2011).

Esses trabalhos foram essenciais para que surgissem outras perspectivas relacionadas à competição eleitoral. Budge e Farlie (1983) e Petrocik (1996) endossaram o argumento de Stokes (1963) quanto à existência de múltiplas dimensões de competição partidária. Petrocik (1996) apontou que, não somente existem mais dimensões que a ideológica, como também o fato de que alguns partidos possuem algumas questões. Já Budge (1994) descreveu os termos “questão-prioritária” e “saliência temática”, que dão importância aos temas propostos nas agendas dos candidatos.

Dito isso, os estudos sobre competição programática ganharam espaço na Ciência Política, mostrando que para além de questões ideológicas, a defesa de temas salientes também é componente importante nas dinâmicas de competição eleitoral. Por isso, na próxima seção será debatida a teoria da saliência e seus desdobramentos teóricos.

2.2 TEORIA DA SALIÊNCIA

Foi a partir da crítica de Stokes (1963) ao modelo espacial de Downs (1957) que ficou explícito que a competição eleitoral se dava em um espaço muito mais complexo e instável que

o unidimensional proposto por Downs. Assim, emergiu a ideia de que a competição eleitoral se dá não somente no campo ideológico (Downs, 1957) mas também no campo programático (Robertson *et al.*, 1976; Budge; Farlie, 1983). Para Meguid (2005), a definição dos temas que irão fazer parte do programa do partido é tão importante quanto o posicionamento ideológico.

A ideia de saliência está intimamente ligada à ideia de análise de conteúdo, que tem como marco inicial o ano de 1930 quando foram realizados os primeiros esforços para contar a proporção de espaço reservado à política externa nos jornais americanos, com o intuito de saber quais os assuntos que os editores dos jornais consideravam mais importantes (Madge, 1953). Em 1948, Lasswell dirigiu o World Attention Survey que investigou o conteúdo de jornais estrangeiros. Os resultados mostraram que todos os comentários - positivos e negativos - relacionados à antiga União Soviética diminuíram nos jornais Alemães meses anteriores ao Pacto de Não-Agressão assinado entre a Alemanha e a União Soviética (Lasswell, 1948).

O desenvolvimento das práticas de codificação, principalmente relacionado aos *surveys*, permitiu que houvesse também o desenvolvimento da codificação de sentenças. Isso fez com que os estudiosos se preocupassem mais com o modo com que essas sentenças fossem codificadas, dado a alta complexidade do idioma e os inúmeros significados que ele carrega. O passo inicial, antes de qualquer análise de conteúdo sistemática de sentenças individuais, era caracterizar todos os tópicos que seriam pesquisados no texto e designar quais sentenças fariam parte de cada categoria. Assim, depois de analisar os textos, poderia ser feita a comparação dos documentos.

Os documentos eram primeiramente lidos informalmente para especificar as categorias mais abrangentes que eles abordavam. Robertson (1976) analisou os manifestos dos partidos britânicos de 1922 a 1974, a partir dessa análise o autor identificou 22 categorias políticas. Ao fazer isso, ele descobriu certo recurso retórico inesperado. O autor identificou que poucas sentenças se posicionavam contra ou a favor dentro das 22 áreas políticas especificadas. Ao contrário, os textos mostravam a importância daquela política para a nação, dando um histórico do desenvolvimento do assunto enquanto problema social, exaltando o papel do partido em relação à política para então dar prioridade à questão.

O estudo apontou que raramente os manifestos mencionavam os outros partidos e, muito menos, a área política deles. O princípio retórico presente nos textos era dar ênfase em diferentes políticas e não advogar diretamente sobre qualquer uma. O objetivo de Robertson em quantificar os manifestos era sujeitá-los à uma análise dimensional que pudesse explicar a continuidade política, como o modelo postulado por Downs (1957) que avalia as estratégias de convergência dos partidos. No entanto, a ausência de posicionamento contra ou a favor do tema se fez um obstáculo a análise dimensional, já que a dimensão política precisa ter ao menos dois pontos (Budge, 2015).

Por não conseguir fazer a análise dimensional, Robertson optou por pontuar os partidos puramente em termos de saliência temática, ou seja, o autor calculou a porcentagem que um tema era mencionado no texto em comparação ao número de temas abordados no mesmo documento.

Ao fazer isso, Robertson estabeleceu um diálogo com o modelo de valência proposto por Stokes (1963) ao propor que os temas que eram importantes para a campanha política representavam apenas uma posição, por exemplo, ninguém se colocaria a favor da corrupção.

A estratégia operacional de Robertson ao codificar e pontuar apenas os temas mais salientes fez com que ele conquistasse o melhor dos dois mundos. O autor codificou as sentenças individuais em categorias de uma só posição, ou valência, e a partir da análise fatorial das porcentagens a das sentenças mencionadas de cada tópico citado formou “super dimensões” com duas extremidades capazes de identificar alterações nas ênfases dos partidos, como preferências de “esquerda ou direita”, por exemplo.

A questão remanescente seria se a pontuação agregada funcionaria em termos de realmente diferenciar os partidos e identificar de forma plausível os movimentos dos partidos britânicos no período pós-guerra em conformidade com suas interpretações históricas. A dimensão principal de esquerda-direita, que surgiu da análise fatorial das ênfases temáticas, funcionou e assim o autor pôde testar a hipótese downsiana em um novo contexto de longos períodos históricos.

Ao fazer isso o autor produziu outro resultado inesperado. Partidos se moviam ao centro da dimensão quando o apoio popular para os dois partidos principais era semelhante e para as extremidades da dimensão quando um tinha maior chances de obter a maioria dos votos. Para Robertson isso é um indício de que, quando os partidos sabem que têm chances reais de ganhar a eleição, a competição acontece em torno dos mesmos temas. Já quando o partido antecipa sua vitória com uma margem maior de votos, ele acaba por adotar um posicionamento ideológico em torno de seus próprios temas.

Nesse cenário mais ideológico, caso o partido antecipe sua vitória, ele tem um maior respaldo para seguir suas preferências programáticas durante o governo. Já quando o partido antecipa sua derrota, ele ao menos tem o respaldo para seguir suas inclinações ideológicas. Isso deu aos líderes políticos o reforço para sustentar suas posições internas no caso de derrota eleitoral - eles perdiam eleitoralmente, mas sem “abandonar” suas causas.

A partir das descobertas de Robertson (1976), o principal interesse dos pesquisadores foi além da análise textual para a generalização de suas descobertas sobre eleições e campanhas. O passo seguinte dentro da área foi dado por Budge e Farlie (1983). Os autores construíram a idéia de que, inegavelmente, partidos tinham ligações com certos assuntos, eles argumentaram que campanhas eleitorais podem ser caracterizadas em termos de predominância que um partido tem de um assunto em detrimento de outros.

Budge e Farlie (1983) apontam que à medida que o partido prioriza um assunto ele traz votos adicionais aos votos que o partido já tem, esses votos independem do assunto preferencial abordado. Isso depende da capacidade do partido em classificar e estimar a direção e o efeito de cada tipo de assunto. Assim, cada assunto tem uma magnitude e capacidade diferente em angariar

votos. Os autores identificaram que a maior parte dos assuntos favorece os partidos de centro e direita, e que esses assuntos são mais diversos e de menor efeito sobre o voto. Os assuntos que apresentam maior poder em recrutar voto são aqueles que favorecem os partidos socialistas (ex. políticas redistributivas). Por fim, identificaram alguns assuntos vagos que não pertencem a nenhum partido de forma permanente, como histórico de governos, competência e candidatos.

A dinâmica do modelo original proposta por Budge e Farlie (1983) em “Explaining and predicting elections” foi proporcionada pelo argumento de que os assuntos levantados durante as eleições apareciam como resultado exógeno, de acontecimentos externos, e não como uma ferramenta de manipulação do partido. Ao escrever os programas eleitorais, os partidos têm o poder de dar ênfase ou ignorar certos assuntos como estratégia eleitoral dado certas circunstâncias. Singelman e Buell (2004), ao debaterem com Budge e Farlie (1983), apontam que existem ainda temas que nenhum partido toma para si, por serem “erráticos” para os eleitores, desse modo os partidos preferem evitá-los. Esse resultado condiz com a teoria de “wave-riding”, proposta por Ansolabehere e Iyengar (2000), na qual as prioridades da opinião pública ditadas pela mídia são quem mais influencia a agenda eleitoral.

Budge (2015), ao tecer crítica sobre a teoria proposta em 1983, diz que embora a teoria da saliência proponha que alguns partidos dominam certos assuntos, isso pode ser equivocado. O que é realmente descrito é a associação que alguns partidos têm com certos assuntos (Walgrave; Lefevere; Nuytemans, 2009). Em vez de dominar o assunto, o mais apropriado seria dizer que alguns partidos não conseguem abandonar a dominância sobre eles, assim os partidos têm que agir de forma que o assunto seja favorável ao mesmo.

A natureza relativamente fixa da associação partido-assunto proposta por Budge e Farlie contrasta com o modelo de formação de agenda proposto por Riker (1990, 1993). O modelo, elaborado para explicar a retórica dos debates constitucionais americanos dos anos 80, propõe que os partidos competem assunto por assunto com a finalidade de ganhar o argumento em cada questão apresentada. Essa perspectiva surgiu como uma alternativa ao modelo espacial elaborado por Downs (1957). No modelo de Downs assume-se que a preferência de ambos candidatos e eleitores são exógenas, enquanto partidos ou candidatos escolhem seus posicionamentos ideológicos dentro da dimensão existente. Já o proposto por Riker assume que as preferências dos eleitores e o posicionamento dos partidos são, basicamente, influenciados pela ideologia e que então os líderes partidários definem em qual dimensão de questões o partido vai focar durante as eleições.

O autor ainda desenvolve dois conceitos que explicam a formação de agenda de campanha: “heresthetics” e “rethoric”. A primeira é definida como a arte de selecionar os assuntos, assim, três aspectos definem a heresthetic: controle de agenda, estratégia de voto e manipulação das dimensões políticas (Moser; Patty; Penn, 2009). Já rethoric é definida como a arte de debater sobre esses assuntos fazendo uso de argumentos persuasivos, desse modo, existem dois tipos de argumentos: argumentos negativos e que rejeitam o status quo, e argumentos positivos que são

abordados quando novas propostas são apresentadas.

No entanto, nenhum partido exerce controle completo sobre o ambiente político, no qual outros partidos, grupos de interesse, eventos aleatórios e mídia contribuem para dar forma a agenda pública. A partir desse ponto de vista, Riker distingue dois tipos de agenda de campanha, que pode ser endógena à competição partidária ou exógena se imposta por eventos externos, grupos de pressão ou mídia independente.

Sobre a formação de agenda endógena, Riker elabora o ‘princípio da dominância’ e o ‘princípio da dispersão’ (Riker, 1986; Riker, 1990; Riker, 1993). Nele, o autor assume que as preferências dos eleitores e a posição dos partidos são, basicamente, dadas e influenciadas por um argumento ideológico, e que os líderes partidários escolhem a dimensão do assunto para dar ênfase com o intuito de moldá-las no espectro político. O princípio da dominância é identificado quando o partido insiste em um dado assunto no qual suas propostas apresentam resolução ou avanço; já o princípio da dispersão é quando o partido abandona um assunto no qual seu programa falha em apresentar soluções. Na competição, o lado derrotado tende a enfatizar o assunto apresentando uma nova intervenção, no qual ele compete com seu oponente para dominá-lo.

Entretanto, na agenda exógena, os partidos podem ser forçados a enfrentar dado assunto que apresenta desvantagem política para ele como, por exemplo, escândalos ou protestos populares (Colomer; Puglisi, 2005). Esse tipo de agenda é caracterizado pela influência dos meios de comunicação. O estudo de Cohen (2015) traduz a influência dos meios de comunicação ao dizer que mesmo que a mídia não diga exatamente o que o indivíduo deve pensar, ela diz sobre o que ele deve pensar. Portanto, no processo de formação de agenda exógena destaca-se o papel que a mídia e os meios de comunicação têm em dar destaque aos assuntos da opinião pública (McCombs; Shaw, 1972), mesmo que esse destaque não seja favorável aos partidos envolvidos na competição.

Colomer e Puglisi (2005) complementam Riker dizendo que diversas táticas eleitorais podem ser identificadas ao observar o esforço contínuo para atrair atenção aos assuntos escolhidos. Uma delas é incluir ataques pessoais ao candidato do partido oposto com o intuito de desviar a atenção ou colocá-los na defensiva e então preencher o vácuo com o assunto escolhido. O partido pode também criar oportunidades, ou eventos, nos quais pode incluir visitas às cidades e conferências de imprensa com a finalidade de provocar conflitos (Colomer; Puglisi, 2005, p.513).

Ao longo do tempo, o partido pode ainda carregar o domínio que estabeleceu sobre dado assunto durante a campanha. Esse processo pode ser notado também no trabalho de Petrocik (1996), no qual o autor funde os conceitos de Budge e Farlie (1983) e Riker (1990, 1993). No trabalho, o autor parte do princípio de que cada partido entra na campanha eleitoral usufruindo de uma vantagem sobre alguns assuntos devido à natureza de seu núcleo de apoio. No entanto, essa vantagem pode ser reforçada ou perdida no decorrer da campanha. Enquanto Budge e Farlie (1983) tendem a enxergar o resultado da campanha como fixo e antecipado pelos assuntos

abordados que as circunstâncias levantam, Petrocik vê o resultado da campanha como fortemente influenciado pelo que acontece durante a mesma.

O trabalho de Petrocik (1996) consistiu na análise de conteúdo midiático, questões de respostas abertas de surveys sobre os assuntos salientes, e o voto propriamente dito nas eleições presidenciais dos Estados Unidos em um longo período de tempo. Então, o autor mostra que os candidatos realmente tendem a dar ênfase aos assuntos que dominam nos seus discursos eleitorais. Se os assuntos mais salientes são de domínio do partido Democrata, os eleitores do partido Republicano tendem a abdicar do voto, já os eleitores independentes são mais propensos a votar no candidato Democrata e, assim, aumentam os votos dos Democratas, juntamente aos votos de seus eleitores fiéis. A vantagem Republicana também se aplica ao exemplo.

Enquanto assuntos “dominados” são aqueles em que o partido é reconhecido como mais qualificado no longo-tempo, assunto “alugado” pode existir quando o incumbente exerce performance aceitável sobre ele, tomando o domínio para si. Assuntos de performance, como a conduta dos representantes do governo, o estado da economia, ou o status do país no cenário internacional, não são automaticamente dominados por um só partido, porém podem dar alguma vantagem para um candidato quando os eventos, o comportamento e as falhas políticas permitem que um candidato peça os créditos pelos tempos bons ou culpe a oposição pelos tempos ruins (Petrocik, 1996; Petrocik; Benoit; Hansen, 2003).

Nessa perspectiva, o “domínio partidário” sobre o assunto resulta da acumulação de performances positivas ao longo do tempo. A partir do argumento de Petrocik pode-se também explicar por que certos assuntos aparecem como temporariamente dominados por um partido mas, depois, uma provável derrota eleitoral pode significar uma mudança sobre o domínio do assunto. Para os partidos políticos, uma das decisões mais importantes durante o período eleitoral é determinar quais tópicos eles irão abordar durante a campanha e quais eles irão negligenciar. Nesse sentido, a teoria da saliência aborda a ênfase que os partidos atribuem a determinados temas dentro de seus programas.

Desse modo, o partido pode dar ênfase a um mesmo tema durante várias eleições e essa escolha estratégica pode fazer com que o partido seja reconhecido por dominar esse tema. Mas vários partidos também podem ser reconhecidos por dominar um mesmo tema, por exemplo, vários partidos de esquerda podem ser reconhecidos por tratar de bem estar social ou às causas trabalhistas (Geys, 2012). A ênfase temática pode também refletir a preocupação do público (Ansolabehere *et al.*, 1994). Para essa perspectiva, os partidos escolhem os temas que estão mais “frescos” na mente do eleitor. Caso o partido ignore esses temas, os eleitores podem enxergar isso como um descaso com a população (Sides, 2006), caso adote, o partido pode melhorar a sua imagem perante o eleitorado.

Em suma, o debate sobre competição partidária ganhou, com a teoria da saliência, outras perspectivas sobre o debate de como ocorrem as dinâmicas eleitorais e escolhas estratégicas dos partidos. Seu principal desdobramento é que ele fez surgir o debate sobre sua relação com

a teoria espacial, que versa sobre o posicionamento ideológico. Então, ideologia e preferência vêm sendo, na Ciência Política, duas dimensões trabalhadas juntas, e separadas. Por isso, no próximo tópico essa relação será debatida e seu principal desdobramento que se deu no projeto denominado por *Comparative Manifesto Project*.

2.3 PREFERÊNCIA E IDEOLOGIA

A relação entre questões políticas e ideologia política tem sido amplamente explorada em trabalhos empíricos realizados pelo Manifesto Research Group liderados por Ian Budge (Budge *et al.*, 1987; Klingemann; Hofferbert; Budge, 1994; Volkens *et al.*, 2012).

A literatura acerca da competição partidária se caracteriza, principalmente, por modelos de convergência (Downs, 1957) e divergência (Stokes, 1963; Budge; Farlie, 1983). No entanto, estratégias partidárias de saliência e posição não são necessariamente individuais, como foi inicialmente defendido (Budge; Farlie, 1983). Elas podem, na verdade, agir de forma complementar como elementos dos esforços de cada partido em busca de voto (Meguid, 2008; Grofman, 2004).

A partir dos modelos de divergência, no qual os partidos buscam formas programáticas para se diferenciar de outros partidos, surgiu o *Comparative Manifesto Project* (CMP). O projeto internacional tem com o principal analisar os manifestos eleitorais dos partidos com o intuito de estudar suas preferências políticas.

A história desse projeto tem como início a década de setenta, quando surgiu com o objetivo de comparar as propostas partidárias dos partidos dos Estados Unidos e do Reino Unido durante a Segunda Guerra Mundial (Robertson *et al.*, 1976). Em 1979, Ian Budge pôs em prática o *Manifesto Research Group* (MRG 1979 - 1989) como parte do Consórcio Europeu para Pesquisa Política.

No final década de 80 o projeto passou a ser liderado pelos codificadores do *Comparative Manifesto Project* (CMP), que assumiu o trabalho de continuar com a medição, seleção e codificação dos documentos e a construção da escala. O grupo era dirigido por Hans- Dieter Klingeman e coordenado por Andrea Volkens. Os autores do projeto usaram os mesmos procedimentos de codificação de frases para estudar os países situados no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), assim resultados de diferentes países poderiam ser comparados (Klingemann *et al.*, 2006).

A fase mais recente do projeto é formada pelo Manifesto Research on Political Representation (MARPOR), que desde 2009 vem dando continuidade ao trabalho iniciado por Budge e Robertson, em 1979. No período atual, 2009-2021, o projeto é dirigido por Andrea Volkens e financiado através do Fundo de Pesquisa Alemão (DFG). O projeto se desenvolveu e outros grupos de pesquisa se inspiraram na metodologia utilizada pelo CMP-MARPOR.

A metodologia do Manifesto Project é uma técnica de análise de conteúdo quantitativo que utiliza os programas dos partidos para estimar suas preferências, tidas como indicadores da

oferta eleitoral. Analisam-se os programas porque é neles que contém a preferência declarada formalmente pelas organizações partidárias, assim é possível averiguar mudanças nas escolhas políticas dos partidos e, portanto, avaliar a mudança de oferta de políticas públicas de um país, eleição pós eleição (Castro-Conde; Volkens, 2017).

Os dados do MARPOR se constroem a partir da teoria da saliência, segundo a qual os partidos usam a ênfase temática mais que o posicionamento oposto para competir por votos (Budge; Farlie, 1983; Budge *et al.*, 2001). Como discutido anteriormente, a teoria da saliência discute algumas premissas dos modelos espaciais, que tratam da importância das dimensões e dos temas como invariáveis e representam o espaço político unicamente em termos posicionais. Para os defensores da teoria da saliência, que serve como complemento da teoria espacial, a estrutura da competição eleitoral varia contextualmente, e nem todos os assuntos são posicionais (Stokes, 1963).

Os codificadores do Manifesto têm a tarefa de dividir os textos em quasi-sentenças. As quasi-sentenças são a unidade de análise do projeto, e são caracterizadas como uma frase ou parte de uma frase que contém um argumento completo. O projeto defende que a quasi-sentença acaba sendo mais apropriada que a análise da palavra isolada, já que a quasi-sentença contém a posição sobre o tema.

As categorias presentes no MARPOR refletem, então, as perguntas inicialmente feitas pela equipe do projeto. Na sua primeira aplicação, Robertson (1976) pensou somente em vinte e uma variáveis, que são as categorias, de acordo com as matérias que apareciam com mais frequência em seu exercício de análise dos programas, no entanto, o projeto expandiu seu esquema de classificação para poder abarcar todo o leque de programas em estados mais diversos, como Japão e Sri Lanka, adicionando questões de posição e transversais, ou valência (Budge *et al.*, 1987). No início do século vinte e um, o esquema padronizado do MARPOR somava 56 categorias e uma capacidade de capturar 98% do conteúdo dos programas de todos os partidos da base de dados.

Todas as variáveis são aplicadas em todos os países, já que o objetivo do projeto é produzir dados comparáveis entre os diferentes programas analisados. Para assegurar que os resultados possam ser comparados, o manual para os codificadores define claramente as categorias e especifica os indicadores que determinam a qual variável pertence cada unidade. O projeto oferece estimativas tanto sobre a posição quanto sobre a relevância do tema. A frequência de aparição de um código (quasi-sentença) constitui um indicador válido da saliência que um partido confere a dada questão, ou de interesse ou de intensidade de um tema.

A dimensão que desperta maior atenção entre aqueles que usam os dados do projeto ainda é a ideológica, esquerda-direita (Volkens *et al.*, 2015). Para o Manifesto Project, essa escala oferece um marco comum de referência permanente para eleitores e políticos. Os dados do MARPOR demonstram que a dimensão esquerda-direita é dominante nos países da OCDE (Volkens, 2007); e que perdura no tempo uma clara diferenciação nesse quesito entre os principais

partidos de cada país (Volkens, 2005). Esses estudos, que fazem uso do MARPOR, apontam ainda que, a tendência observada foi ciclos de convergência e divergência, e não apenas a tendência à convergência. Assim, para identificar a ocorrência desses ciclos, o projeto avalia a troca de políticas defendidas pelos partidos em uma variedade de países e num amplo espaço de tempo, classificando-os na dimensão direita-esquerda (Budge *et al.*, 2001).

Com as preferências classificadas de acordo com as 56 categorias do projeto é possível posicioná-las numa escala ideológica. Assim, o primeiro passo para identificar o posicionamento ideológico de cada partido é categorizar as quais-sentenças encontradas nos documentos analisados, então definir a quantidade absoluta de cada categoria e, por fim, a frequência de uma categoria perante ao total de sentenças do documento (Jorge *et al.*, 2018).

Para calcular o posicionamento ideológico, o grupo desenvolveu o índice de RILE¹, que foi criado para calcular o posicionamento ideológico dos partidos políticos na escala direita-esquerda. As duas principais características do índice é que ele é dedutivo, existe uma construção a priori baseada em escritos ideológicos e independentes entre si, e não uma construção ideológica derivada indutivamente dos dados do tempo analisado. Isso permite com que o índice funcione como uma medida que não varia no tempo e espaço, reforçando sua confiabilidade (Budge; Meyer, 2013)².

Apesar de ser amplamente utilizado na Ciência Política, o método não está isento de críticas. Gemenis (2013) condensa as principais críticas feitas ao modelo. O autor classifica os problemas relacionado ao CMP em quatro áreas: (1) a base teórica dos problemas de classificação; (2) a seleção de documentos; (3) a confiabilidade da codificação; e (4) a escala ideológica. As críticas mais contundentes estão relacionadas à confiabilidade e a escala ideológica de RILE.

Sobre a confiabilidade do processo de codificação, seu modelo é criticado pela metodologia escolhida. É nesse estágio que os documentos são destrinchados em quasi-sentenças, e as quasi-sentenças são classificadas de acordo com as categorias. Dentre os níveis de confiabilidade na codificação³, o CMP faz uso do tipo mais frágil que é a estabilidade. A estabilidade pode ser identificada quando o mesmo codificador analisa o mesmo documento mais de uma vez, essa forma faz com que a classificação, e precisão, das quasi-sentenças não seja avaliada por um segundo codificador (Mikhaylov; Laver; Benoit, 2012).

Gemenis (2013) diz que, mais que outros problemas, o aspecto do CMP a receber a maior quantidade de críticas é a técnica de mensuração de ideologia partidária. Primeiro que, o modelo de estimação de ideologia é dedutivo, construído a partir de textos independentes⁴, e não derivado

¹Calculado a partir de 36 categorias na qual metade pertence à esquerda, a outra à direita, sentenças que não pertencem à nenhuma são classificadas como “outros”. O resultado da ideologia se dá através da subtração entre categorias de direita e esquerda pela razão da soma de esquerda, direita e outros (Budge, 2013).

²Outros índices criados pelo projeto foram o Planeco, Markeko e Welfare (Babireski, 2014).

³A confiabilidade é medida em três níveis Stability, Reproducibility e Accuracy; o primeiro é o nível mais fraco e o último o mais forte (Krippendorff, 2004).

⁴Karl Marx e seus conceitos contribuíram para a construção das categorias da esquerda, enquanto Benjamin Disraeli as da direita

do conjunto de dados de um tempo específico, isso faz com que as categorias sejam pouco aptas a captar desdobramentos políticos contemporâneos. Segundo, a técnica recebe críticas pela forma de como estima a posição dos partidos no espectro esquerda-direita, na qual todas as categorias têm o mesmo peso, 13 no bloco de categoria de direita, e 13 de esquerda. Para Gemenis (2013) isso faz com que a técnica não produza estimativas confiáveis quanto às posições ideológicas dos partidos.

Dessa forma, tanto o CMP-MARPOR quanto a escala RILE vêm sendo amplamente debatidas e utilizadas na Ciência Política. As análises que utilizam a escala apontam que, em relação aos temas ao longo tempo, os partidos tendem se posicionar, relativamente, na mesma parte do espectro respeitando a posição de outros partidos, sem grandes saltos⁵, embora não sigam um padrão de divergência ou convergência. Em suma, durante as eleições, os partidos podem enfrentar disputas de uma só vez, escolhendo diversos temas para dar ênfase. Os achados mais recentes apontam que “os espaços ótimos de disputa eleitoral nunca são menos que três ou quatro dimensões (Warwick, 2000; Laver; Benoit; Garry, 2003).

O CMP-MARPOR, influenciado diretamente pelas proposições da teoria da saliência (Petrocik, 1996; Budge; Farlie, 1983), tem a ideologia como variável dependente das preferências partidárias, ou seja, é a partir das preferências que se estabelece a posição do partido na escala esquerda-direita em dado contexto de competição política, e para realizar o cálculo utiliza o parâmetros estabelecidos pelo índice de RILE. Em suma, é a partir das preferências temáticas que se tem o posicionamento ideológico de cada partido que compõe a competição.

Mesmo que a ideologia não dê o atalho exato sobre qual posição tomar sobre certas questões, ela indica, de forma generalizada, qual o ‘espaço político’ que o partido deve ocupar. Com base nas ideologias presentes, os partidos se reconhecem e reconhecem seus limites, então, não se movem para além do centro, muito menos mudam sua posição radicalmente, porque isso pode confundir o eleitorado e fazer com que o partido perca credibilidade (Colomer; Puglisi, 2005).

Esse argumento proposto por Colomer e Puglisi está diretamente ligado à teoria Downsiana. Nela, a relevância da dimensão esquerda-direita é dada quando existe um alto número de questões econômicas, sociais, morais e culturais e se dá, majoritariamente, pelas limitações da comunicação imposta pela existência do eleitorado em massa e pela mídia. Assim, a ideologia serve como atalho cognitivo para o eleitorado. Mensagens gerais e simbólicas acerca da ideologia proveem bons atalhos para os eleitores.

No sentido contrário às aplicações do CMP-MARPOR, Wagner (2012) utiliza a ideologia como uma das variáveis independentes do modelo e saliência temática como dependente. No trabalho, o autor argumenta que os partidos que estão no extremo do espectro ideológico têm incentivos para tomar posições extremas como forma de se diferenciar dos outros e como meio

⁵ Adaptação pessoal ao termo *leapfrogging*.

de estabelecer domínio sobre de certa política. Esses incentivos podem ser o tamanho do partido, o tamanho do sistema partidário, diferenciação ideológica e saliência sistemática.

A principal hipótese levantada pelo autor, influenciada pelo trabalho de Riker (1986), é que as decisões ideológicas precedem as escolhas por saliência na estratégia partidária. Para ele, esse argumento é razoável já que as posições ideológicas dos partidos deveriam ser mais centrais que a saliência. As posições políticas, que compõem a ideologia, estão mais ligadas à identidade pública do partido e suas bases eleitorais, que a saliência. Esse argumento é a parte principal do estudo realizado por Spoon (2009) sobre os partidos de nicho na Europa e seus incentivos em se manter ideologicamente distintos dos outros partidos.

A premissa é que os partidos podem ter vantagens eleitorais ao dar mais ênfase a algum tema em detrimento de outros, e que é pouco factível que a escolha de um tema a ser tratado durante as eleições seja anterior à posição do partido. Dito isso, o autor propõe o uso da saliência temática como variável resultado e a posição do partido ideológica como variável independente. Os resultados mostraram que existe uma associação entre posicionamento e saliência, e que, quanto mais ao extremo do espectro ideológico mais os partidos têm incentivos para se diferenciar dos outros programaticamente.

A relação entre ideologia e saliência vem sendo amplamente explorada pela Ciência Política, no entanto, a forma mais comumente utilizada pelos estudiosos é o modelo desenvolvido pelo Manifesto Project que, influenciado pela teoria da saliência, calcula o posicionamento dos partidos a partir da frequência com que os temas são abordados nos programas eleitorais. A abordagem empregada por Wagner (2012) tem como protagonista o modelo posicional de Downs (1957), no qual ideologia precede as preferências programáticas.

Mesmo que sejam abordagens distintas, o importante é ressaltar que, a literatura frequentemente defende que, na realidade, a competição eleitoral acontece em um contexto influenciado tanto pela posição (Downs, 1957) quanto pelas preferências temáticas (Budge; Farlie, 1983; Petrocik, 1996). Até aqui, os trabalhos revisados se deram por aplicações dos modelos no contexto internacional, por isso, na próxima seção me debruçarei sobre as aplicações do tema no Brasil.

2.4 COMPETIÇÃO E ÊNFASE PROGRAMÁTICA NO BRASIL

O estudo sobre competição eleitoral e ênfase programática no Brasil vem sendo explorado pela Ciência Política nacional no âmbito da teoria da saliência e MARPOR com diferentes desenhos de pesquisa e objetivos (Tarouco, 2007; Tarouco; Madeira, 2013; Madeira; Tarouco, 2011; Babireski, 2014, 2014; Jorge *et al.*, 2018). Mesmo tendo sido desenvolvida no final do século XX, os estudos sobre competição partidária e teoria da saliência só começaram a se popularizar no Brasil na primeira década do século XXI.

A maior parte dos trabalhos desenvolvidos tem como objetivo principal investigar as preferências programáticas a nível nacional, ou seja, investigam, majoritariamente, programas

e documentos relacionados à arena presidencial ou ao legislativo nacional. A arena estadual e municipal ainda é pouco explorada quando se fala em análise programática e competição eleitoral.

Em análise sobre a relação entre as preferências programáticas e os assuntos abordados nas Proposta de Emenda à Constituição (PEC), Tarouco (2007) encontrou que, quando se trata de manifestos partidários, os partidos se diferenciam entre si e que o assunto de maior ênfase dado no manifesto do partido afeta significativamente o assunto pelo qual ele propõe alterar na Constituição. Os achados da autora permitem afirmar que no contexto de preferências programáticas os manifestos partidários são uma medida relevante para identificar as preferências (Tarouco, 2007, p. 103).

Quando se trata de ideologia, a construção dessa medida a partir dos conteúdos programáticos mostrou que nem todas as categorias propostas pelo CMP-MARPOR são aplicáveis ao contexto nacional. A construção da ideologia a partir do conteúdo programático é importante porque consegue captar outra perspectiva quando se trata dessa variável. A classificação de Madeira e Tarouco (2012) a partir das categorias do CMP mostrou que, quando se trata de analisar a ideologia partidária a partir dos conteúdos programáticos, os partidos se diferem menos ainda quando comparado com as classificações mais usuais, que costumam calcular ideologia a partir do comportamento do atores políticos que compõem a arena legislativa.

As categorias tradicionais do CMP foram construídas, inicialmente, para classificar os programas e mapear as preferências dos partidos europeus, por isso algumas de suas classificações não fazem sentido no contexto brasileiro. Temas como liberdade, direitos humanos e constitucionalismo são considerados como temas da direita pelo CMP. Nesse contexto de não adequação do modelo, Tarouco e Madeira (2013) têm como principal objetivo ajustar essas categorias ao contexto político nacional. Os autores, no esforço adaptativo do modelo ao cenário político brasileiro, avaliaram o conteúdo programático dos partidos e incluíram na sua análise categorias econômicas relativas à intervenção estatal e ao período militar, dado sua grande influência na história da política nacional.

Uma característica levada em consideração quando se avalia as preferências programáticas no estudo da competição partidária é que, comumente, os programas mobilizados pelos estudos são àqueles dos maiores partidos dentro da disputa eleitoral. Assim PT e PSDB, por terem ocupado o protagonismo nas eleições presidenciais até 2014, foram os mais estudados quando se avaliam preferências programáticas e competição (Madeira; Vieira; Tarouco, 2017; Jorge *et al.*, 2018; Brito, 2018).

Ao analisar os programas a partir da teoria da saliência, que define a competição eleitoral como a diferenciação programática, o PT e o PSDB apresentaram agendas que se assemelham, ambos partidos apresentaram programas que centralizam questões relacionadas à economia e ao estado de bem-estar social. Houve, no entanto, uma mudança quanto às preferências em relação aos temas pós-materialistas nas eleições de 2010 e 2014. Mesmo que a preferências tenham mudado entre as eleições majoritárias de 2006 e 2014, elas não foram suficientes para aproximar

os partidos (Madeira; Vieira; Tarouco, 2017).

Jorge et al. (2018) e Goulart e Ferreira (2016), assim como Madeira et al., analisaram os programas dos candidatos à presidência de 2014 do PT e PSDB mobilizando as categorias propostas pelo CMP. No entanto, mesmo fazendo uso das mesmas categorias elaboradas pelo CMP, os estudos encontraram resultados conflitantes. Para Jorge et al. (2018) tanto o PT quanto o PSDB foram classificados como partidos de centro-esquerda, resultado obtido a partir do cálculo de RILE. Já para Goulart e Ferreira (2016) a diferença programática dos dois partidos permite que o PT seja classificado como centro-esquerda, enquanto o PSDB é classificado como centro-direita no mesmo espectro.

Quanto a uma possível verticalização da competição através dos programas eleitorais, Brito (2018) avaliou que, também não é possível identificar uma coesão programática entre os candidatos do PT e PSDB à presidência e aos governos estaduais. Ou seja, os programas de cada partido não apresentaram uma consonância entre os candidatos à presidência e a governador. Outro achado importante do autor é que não foi possível identificar também uma agenda estadual, o autor identificou que as preferências de todos os programas mobilizados são muito parecidas.

A nível municipal, a competição programática se faz presente nos programas eleitorais dos prefeitos. Ou seja, existe no Brasil uma disputa quando se leva em consideração as preferências dos candidatos ao executivo municipal, que pode ser identificada através das divergências entre os programas apresentados na mesma disputa. No entanto, o alinhamento partidário se manifesta apenas em alguns casos específicos⁶. Ainda que sejam diferentes entre si, os programas não se estruturam de maneira específica em nenhum contexto, avaliando o tamanho e desenvolvimento do município, região, analfabetos e população rural (Salles, 2019).

Com o avanço das técnicas de mensuração de preferência, os estudos se tornaram mais automatizados e difundidos. Outra característica é que, os estudos sobre as preferências programáticas são analisados pela ótica de outras teorias e arenas dentro da Ciência Política. No Brasil, a atividade legislativa é algo que vem recebendo atenção quanto a sua produção e preferência temática. Nesse contexto de automatização dos processos de mensuração, a saliência temática é medida a partir da análise de frequência das palavras mais recorrentes nos documentos analisados.

Moreira (2016) utilizou a técnica automatizada para analisar o conteúdo dos pronunciamentos na Câmara dos Deputados feitos ao longo de 15 anos. Então, a partir análise de frequência das palavras o autor pode avaliar o assunto sobre o qual os deputados abordam durante o pequeno expediente da 54ª legislatura. Assim como nos programas eleitorais analisados entre 2006 e 2014 do PT e PSDB (Madeira; Vieira; Tarouco, 2017), a atividade parlamentar durante o pequeno expediente aborda, majoritariamente, a agenda social e agenda econômica.

Quanto à produção de leis, a produção legislativa da Câmara dos Deputados tem como principais temas a Administração Pública, Lei e Crime, Finanças e Emprego. Os partidos se

⁶O alinhamento foi identificado apenas no PCO e PCB, em 2012; PCO e PSTU, em 2016.

assemelham quanto a produção desses assuntos, no entanto, alguns partidos tendem a dar ênfase a certos temas em detrimento de outros; o PT tende a enfatizar mais o trabalho, PSDB a educação, e o PMDB enfatiza mais Lei e Crime (Vieira; Batista, 2018).

Em suma, a produção nacional sobre ênfase programática e competição tem sido uma abordagem presente na Ciência Política. O cálculo ideológico a partir das preferências programáticas é importante porque utiliza os programas dos candidatos ao executivo como forma de alocar os partidos no espectro direita-esquerda, enquanto outros cálculos são centrados no legislativo (Mainwaring; Meneguello; Power, 2000; Power; Jr, 2009).

No entanto, usar as categorias elaboradas pelo CMP, baseado na história de partidos europeus, não parece apropriado para os partidos brasileiros. Os achados de Jorge (2018) e Goulart e Ferreira (2016) comprovam que mesmo usando as mesmas técnicas, os resultados podem ser divergentes. Quando aplicado ao nível nacional, também não foi possível captar resultados que comprovem preferências locais, muito menos preferências que mostram uma concordância entre a agenda partidária local e nacional.

Com o avanço das técnicas de mensuração, foi possível atenuar possíveis dissidências na codificação manual, tornando o processo mais automatizado e menos sujeito a possíveis equívocos humanos. As técnicas de análise de conteúdo automatizada têm a capacidade de otimizar e tornar o processo mais rápido e impessoal, no entanto, não se analisam as quais-sentenças, abordagem daqueles que seguem as categorias do MARPOR, mas sim o cálculo de palavras mais frequentes.

Em suma, os esforços para classificar as preferências dos partidos a partir de seus programas é uma lacuna que ainda precisa ser preenchida na Ciência Política nacional, tanto para avaliar somente as preferências quanto para analisar uma possível competição entre os candidatos e a influências de outras variáveis que possam predizer o conteúdo de seus programas políticos.

2.5 SÍNTESE

O presente capítulo teve como principal objetivo se debruçar sobre a competição partidária e os desdobramentos de suas abordagens de posição e programática. O debate entre a abordagem posicional e abordagem programática mostrou que o tema vem sendo, desde a década de 60, amplamente debatido na Ciência Política. Esses estudos se caracterizam, principalmente, por defender movimentos de convergência e divergência.

Apresentei o debate entre Downs (1957) e Stokes (1963), no qual se iniciam os estudos sobre como interpretar o comportamento dos partidos políticos no período eleitoral. O primeiro diz que as disputas se dão em um único espaço onde os partidos se alocam e tendem a convergir ideologicamente, ou seja, os partidos tendem a se mover ao centro do espectro sem grandes diferenciações. Já o segundo propõe que a dinâmica eleitoral é mais complexa. Os autores dessa corrente afirmam que os temas das políticas levantados pelos candidatos são mais importantes

que as soluções que eles têm para apresentar ao problema.

A partir desse debate, um dos desdobramentos mais importante foi o desenvolvimento da teoria da saliência (Robertson *et al.*, 1976; Budge; Farlie, 1983; Petrocik, 1996). Nessa abordagem, os programas de governo ganham destaque. É nessa corrente de estudo que os temas de campanha ganham protagonismo no debate sobre competição eleitoral. Sua principal contribuição é que os partidos passam a possuir algumas questões em suas agendas, dessa forma se tornam especialistas no assunto e que, nos seus programas, esses temas ganham destaque; os candidatos pouco falam sobre seus adversários.

Os estudos sobre a agenda política se aprofundaram com a criação do Manifesto Project que, até então, avalia e categoriza as preferências contidas em documentos políticos. Para além da categorização, o projeto classifica ideologicamente os programas políticos na escala ideológica. No entanto, Wagner (2012), utilizando ideologia como variável independente, concluiu que a posição do partido na escala influencia a saliência temática dos programas eleitorais dos partidos.

Os avanços nos estudos sobre competição permitiram concluir que a competição é caracterizada tanto por fatores posicionais quanto programáticos. Assim sendo, é importante que as pesquisas considerem, principalmente, que essas duas variáveis exercem influência sobre as dinâmicas partidárias (Wagner, 2012; Grofman, 2004; Salles, 2019).

Apresentei como os trabalhos que realizam análise de conteúdo político se deram no Brasil. Existe, na Ciência Política nacional, uma preferência pela utilização das categorias propostas do MARPOR, e o cálculo da ideologia a partir da frequência dessas categorias. No entanto, a literatura (Goulart; Ferreira, 2016; Jorge *et al.*, 2018), apontou divergências de resultados ao utilizar as categorias propostas pelo modelo, fato que indica uma necessidade de adequação das categorias à política Brasileira (Tarouco; Madeira, 2013).

Esforços recentes apontam para o uso de métodos automatizados para analisar as preferências usando a palavra como unidade de análise. Esses trabalhos têm como objeto de estudo a atividade legislativa e suas produções de lei e discurso. Salles (2019) usou a frequência das palavras para avaliar a competição na arena municipal, seus resultados indicam a existência da competição programática, no entanto a mesma não se explica pela variação da região, tamanho e desenvolvimento do município, população rural ou iletrados.

Portanto, a literatura sobre competição é utilizada majoritariamente para estudar as eleições presidenciais. Dito isso, com o intuito de ampliar o debate, busco averiguá-la nos pleitos dos executivos estaduais, ou seja, nas eleições para governador. Por isso, no próximo capítulo busco fazer uma revisão da literatura nacional sobre essa esfera de governo.

3 GOVERNOS ESTADUAIS E A LÓGICA DAS ELEIÇÕES SUBNACIONAIS NO BRASIL

O principal objetivo do capítulo é analisar o poder dos executivos estaduais e as eleições subnacionais no Brasil. Nesse sentido, o arranjo institucional federativo do Brasil permite a existência de dois poderes centrais autônomos, os poderes da nação e os da federação, que permite também a existência de duas dinâmicas políticas diferentes (Soares, 1997). Mesmo não tendo o mesmo poder da presidência e lidando com um orçamento menor que o do poder nacional, os governadores detêm, indubitavelmente, um importante espaço de atuação política, tanto no âmbito local quanto nacional.

É, por exemplo, no âmbito estadual que são elaboradas e executadas boa parte das políticas públicas nas áreas de educação, saúde e segurança. Um ponto que reforça a importância do cargo é que, desde a redemocratização, todas as eleições presidenciais contaram com candidatos que haviam ocupado o cargo de governador. Em 2006, 2010 e 2014, os candidatos do PSDB que chegaram ao segundo turno, Geraldo Alckmin e José Serra, tinham governado os estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente (Amaral; Tanaka, 2016).

Sobre os governos estaduais, Abrucio (1998) disserta sobre a autonomia dos estados brasileiros perante o arranjo federativo, principalmente durante o período da República Velha, entre 1889-1930. Abrucio destaca a força política dos governadores durante a redemocratização. Segundo o autor, os governadores tinham à disposição cargos políticos e verbas e exerciam pressão não só sobre os deputados estaduais, mas também sobre deputados federais e prefeitos.

Melo, Pereira e Werneck (2010) salientam a importância que os governadores têm frente às agências reguladoras. Os chefes de executivo de cada estado são responsáveis por escolher como controlar a nova organização regulatória e qual estrutura institucional devem impor. O governador é o ator principal nesse processo frente às agências, já que são verdadeiros *agenda setters*: eles são responsáveis por assumir a iniciativa regulatória e detêm diversos instrumentos para coagir a legislatura estadual a cooperar com o governo, especificamente através da distribuição de recursos, patronagem e cargos nas secretarias, resultado que reforça os argumentos de Abrucio (1998).

Mesmo sendo um cargo de destaque na política nacional, os estudos sobre os sistemas políticos estaduais ainda não são tão abundantes quando comparados, por exemplo, com as pesquisas sobre o sistema político nacional (Rebello, 2017; Brito, 2018). Lima Jr. (1983), em trabalho seminal sobre as unidades subnacionais, foi pioneiro ao questionar essa relação entre as eleições nacionais e subnacionais.

O autor aponta para a existência de subsistemas partidários, ou seja, “racionalidades políticas contextuais”, isto é, os cálculos dos partidos para as eleições estariam submetidos a elementos próprios da dinâmica de cada subsistema partidário estadual e não à dinâmica partidária nacional. A noção de racionalidade política contextual considera que o comportamento do partido

está condicionado ao tempo e ao espaço político em que se situa, desse modo, suas preferências estariam submetidas às condições impostas pelos diferentes contextos sociodemográficos. Por isso, o arranjo federativo funciona, para Lima Jr (1983), como um incentivo para a existência de subsistemas partidários.

No entanto, a Ciência Política nacional aponta para um processo de verticalização da competição eleitoral que teve início a partir de 1994¹, no qual as dinâmicas das eleições presidenciais têm influência sobre as estratégias de aliança política nos estados brasileiros (Cortez, 2009; Limongi; Cortez, 2010; Sandes-Freitas; Bizzarro-Neto, 2018).

Uma das principais características do sistema eleitoral brasileiro é que ele se dá tanto pelo modelo proporcional quanto pelo majoritário. A escolha dos deputados (federais e estaduais) e dos vereadores, no âmbito municipal se dá proporcionalmente, já a escolha dos cargos executivos para os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e a escolha dos senadores se dá pelo modelo majoritário.

Como resultado da combinação desses dois tipos de representação, os atores políticos adotam estratégias diferentes: nas eleições majoritárias o número de opções é reduzido, já nas eleições proporcionais há um maior número de candidaturas. Assim, a competição nas eleições majoritárias tende a ser reduzida entre dois ou três partidos, enquanto nas eleições proporcionais a competição tende a envolver mais partidos (Duverger, 2002).

Junto à redução do número de candidatos nas eleições majoritárias, e aumento nas proporcionais, o sistema eleitoral brasileiro ainda usa o sistema de lista aberta, que permite que os eleitores possam escolher qualquer candidato da lista do partido e, assim, o número de votos determina a ordem da lista. Consequentemente, a combinação dos modelos para a escolha do representante faz com que existam menos candidaturas aos cargos executivos, tornando a competição mais dependente dos partidos maiores, já que esses cargos são tidos como os de mais importância na disputa eleitoral (Sandes-Freitas; Bizzarro-Neto, 2018).

Como dito, a competição em torno dos cargos executivos, principalmente a presidência, tende a ser coordenada pelos partidos que têm mais vantagens dentro do pleito. Nessa disputa, os partidos menores são responsáveis pela demonstração de apoio nos estados da federação. As regras que regulam as campanhas também têm efeito sobre os cálculos de ação feito pelos atores políticos (Farrell, 2011; Limongi; Vassalai, 2016).

No caso brasileiro, duas regras eleitorais são importantes para entender as dinâmicas eleitorais no atual contexto democrático: a coligação eleitoral² entre partidos e a ocorrência de eleições nacionais e estaduais simultaneamente (Sandes-Freitas; Bizzarro-Neto, 2018). A simultaneidade das eleições estaduais e nacionais faz com que seja possível para o partido coordenar estratégias eleitorais entre os dois planos, articulando candidaturas nos dois níveis.

¹A partir deste ano passaram a ser simultâneos os pleitos para poder executivo e legislativo nos níveis estadual e federal.

²A partir das eleições de 2020 os vereadores não poderão concorrer por coligações

Já as coligações eleitorais minimizam os custos de se escolher um representante para o cargo executivo, já que o número de opções tende a ser menor.

Levando em conta as eleições presidenciais, entre 1994 e 2014, apenas dois partidos apresentaram candidaturas suficientemente competitivas para conseguir a maioria dos votos: o PT e o PSDB; em contrapartida o Congresso Nacional e as Assembleias estaduais dispõem de um vasto número de partidos com representação (Limongi; Cortez, 2010; Melo, 2010; Cervi, 2014). Os dois partidos surgiram em contextos diferentes e têm projetos políticos no nível nacional.

De acordo com Cortez (2009) a estabilidade alcançada por esses dois partidos ao longo das eleições, desde 1994, fez com que as ações dos atores políticos no nível estadual fossem influenciadas pelas estratégias adotadas no plano nacional. Para o autor, esse é o mecanismo de construção nacional de candidaturas dos dois partidos, que guia as estratégias de formação de coalizão. Esse argumento é reforçado por Melo (2010), que afirma que as candidaturas no Brasil têm sido compostas com o foco principal nas estratégias presidenciais em detrimento das dinâmicas locais.

No que tange a análise da influência da política nacional sobre a escolha dos governadores, os achados apontaram que é possível que o eleitor tome decisões no plano estadual observando o plano nacional (Amaral; Tanaka, 2016). Assim, a avaliação do desempenho do governo Dilma, presidente eleita pelo PT, foi capaz de prever a escolha para governador na eleição subnacional, logo quem avaliou seu governo como “regular” e “ótimo/bom” apresentou menos chances de escolher candidatos do PSD, principal partido de oposição (Amaral; Tanaka, 2016). Existe evidência também quanto a preferência partidária. Os achados dos autores reforçam a hipótese de presidencialização proposta por Sandes e Bizzarro (2018).

A estabilidade da competição eleitoral entre o PT e o PSDB demonstrava que as preferências eleitorais vinham apresentado um certo padrão desde as eleições presidenciais de 1994. Sandes e Bizzarro (2018) mostram que desde 1994 os partidos estiveram presentes na maioria das coligações vitoriosas, indício que reforça a ideia de uma verticalização das disputas eleitorais (Limongi; Cortez, 2010).

O poder das coligações é algo a ser destacado nas eleições aos governos estaduais. O protagonismo do PT e PSDB nas eleições presidenciais acabou influenciando as eleições estaduais. O processo estadual foi análogo ao presidencial, porém com menor estabilidade na competição. Para as eleições de governador, a convergência da competição tem se dado em torno, principalmente, do PMDB, PT, PSDB e PT (Limongi; Vassalai, 2016).

A regra identificada por Limongi e Vassalai (2016) é de que o mais vantajoso, na disputa eleitoral, tem sido lançar candidaturas apoiadas por coligações extensas. O número de partidos que lançam candidaturas unipartidárias é pequeno e, em geral, se apresenta como uma alternativa restrita a pequenos partidos de esquerda. De todas as 63 candidaturas sem coligação lançadas nas eleições de 2014, apenas 6 atingiram 10% dos votos. Assim, essas candidaturas podem ser,

praticamente, classificadas como fracassadas.

A construção de alianças partidárias, identificadas por Sandes Freitas (2015) a partir da inclusão de partidos no gabinete também é fruto das coligações eleitorais. O autor aponta que as coligações eleitorais têm poder de influência sobre a formação das coalizões dos governos estaduais. Com exceção de São Paulo, a tese de Sandes Freitas salienta que os acordos partidários no governo podem ser definidos a partir da conquista de apoio legislativo (Freitas *et al.*, 2015; Inácio; Amaral, 2013).

Outro achado importante da tese do autor vai ao encontro do trabalho de Lima Júnior, que diz que elementos contextuais tendem a surgir nas alianças de governo para explicar o relacionamento particular entre os partidos nos subsistemas políticos estaduais. Nesse sentido, os governadores possuem menos constrangimentos da cúpula nacional do partido para nomear os secretários a partir de seus interesses. Como o governador é o principal ator na política estadual, ele tem maior autonomia e poder para distribuir cargos para filiados aos partidos que não são, necessariamente, aliados ao seu partido, isto é, seguindo acordos políticos locais.

Desse modo, a literatura nacional vinha apontando para um possível processo de “presidencialização” da competição eleitoral. Esse processo era caracterizado pela força eleitoral do PT e PSDB nas disputas presidenciais e, mesmo que esses partidos não estivessem presentes diretamente nas disputas aos executivos estaduais, eles faziam parte das principais alianças eleitorais. Essa lógica de dominação política do PT e do PSDB nas eleições presidenciais teve fim nas eleições de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro (PSL). Quanto às eleições subnacionais, o PT passou a governar 5 estados, um a menos que a eleição anterior; já o PSDB passou a governar 3 estados, dois a menos que 2014.

Por isso, dada a importância do cargo de governador e o fato de que as disputas eleitorais para o executivo estadual não se dão somente entre PT e PSDB, o presente trabalho analisou os programas de governo de todos os partidos que lançaram candidatos ao cargo de governador nas eleições de 2018. Desse modo, no tópico seguinte elenco as hipóteses que serão testadas no trabalho buscando incorporar a teoria da saliência ao debate sobre eleições de governador.

3.1 HIPÓTESES

A literatura mostrou que, a competição é um fenômeno mais complexo e que pode ser explicado tanto por incentivos programáticos, quanto por incentivos posicionais. Por isso, o presente trabalho tem como ambição averiguar a existência de componentes programáticos e ideológicos nas eleições a governador de 2018.

A primeira hipótese deriva diretamente da teoria da saliência e a importância dos partidos na configuração de suas preferências. Assim, os programas de governo são os objetos do trabalho, com a saliência temática dita a partir da análise da frequência das palavras contidas em cada documento. O pressuposto implícito é que os partidos importam na construção dos programas dos

candidatos e aqui, o intuito é avaliar uma possível diferenciação programática. Então a primeira hipótese diz que:

H1: Os partidos se diferenciam programaticamente, ou seja, têm prioridades políticas diferentes.

A segunda hipótese consiste em uma tentativa de utilizar a variável ideológica no estudo das preferências dos programas de governo. Por isso, replico os argumentos de Wagner (2012) ao defender que, a posição do partido precede as questões, aqui representadas pelos tópicos estimados, que ele prioriza em seus programas. Então, a segunda hipótese diz que:

H2: A ideologia está relacionada aos tópicos abordados nos programas partidários.

4 METODOLOGIA

O debate sobre as preferências políticas dos partidos durante as eleições também é um debate sobre como os partidos se comunicam através de seus candidatos e suas plataformas. A comunicação é uma ferramenta essencial para a política, é pelas diversas formas de comunicação que os partidos se colocam na sociedade, e, os estudos sobre comunicação estão diretamente associados às técnicas de análise de conteúdo (AC).

Aqui, o método foi escolhido pela sua capacidade em analisar o objeto do trabalho, que são os programas de governo lançados pelos candidatos aos executivos estaduais em 2018. A AC se popularizou e se desenvolveu com os anos, as mudanças acompanharam o desenvolvimento das tecnologias e o aumento no fluxo de comunicação, principalmente, com a popularização da internet. Assim, as técnicas foram se automatizando e modernizando, o que tornou possível a análise de grandes volumes de documento de um lado, mas do outro a perda da análise manual mais minuciosa dos textos.

O método oferece diferentes técnicas com diferentes finalidades. Como o objetivo do trabalho é analisar textos que podem abordar mais de um tópico, a técnica escolhida foi o *Structural Topic Model* (STM) desenvolvido por Roberts et al.(2014), que permite identificar esses tópicos e integrar os metadados ao modelo. Desse modo, é possível analisar os 172 programas de governo disponível e avaliar a relação entre os tópicos identificados e a ideologia enquanto covariável.

Portanto, este capítulo tem como intuito descrever a análise de conteúdo e mostrar algumas de suas aplicações na Ciência Política, o processo de modernização do método e o desenvolvimento de técnicas automatizadas, como o STM que será utilizado no trabalho e, então, descrever os programas de governo enquanto dado, estimar a quantidade de tópico e, por fim, a ideologia dos partidos enquanto metadado.

4.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo é, provavelmente, o método mais utilizado no campo de estudos sobre comunicação política, juntamente a outros métodos como *surveys*, grupos focais e experimentos. O método pode ser utilizado para avaliar o conteúdo político de diferentes formas de mídia como noticiário, discursos, propaganda, campanha, e recentemente, mídias sociais e sites. A abordagem pode incluir tanto a análise textual, que analisa o conteúdo de textos escritos ou discursos transcritos, quanto pode incluir mensagens não-textuais, como imagens, comportamento não-verbal e sons (Neuendorf; Kumar, 2015).

Bauer e Gaskell (2017) dizem que a análise de conteúdo é o único método que se desenvolveu junto ao desenvolvimento das ciências sociais. Por isso, ele serve como uma ponte entre os modelos estatísticos e a abordagem qualitativa de análise dos materiais. Para o autor, no

debate entre as abordagens quantitativas e qualitativas, a análise de conteúdo é a técnica híbrida que pode mediar essa disputa de virtude entre os métodos.

Na abordagem quantitativa, a codificação dos textos pode ser de forma manual ou de forma automatizada. Conway (2006), ao comparar as duas abordagens, mostrou que a codificação manual foi capaz de captar categorias mais sutis dos textos analisados, enquanto os computadores captaram categorias mais gerais. Em suma, o autor defende que a codificação usando computador é melhor quando a unidade de interesse é apenas a contagem simples de palavras e é menos efetiva quando se almeja uma análise mais detalhada, que exija o foco em nuances.

No entanto, qualquer uma das abordagens exige que o pesquisador siga preceitos metodológicos que assegurem a qualidade e a cientificidade da análise. Os preceitos são atenção ao padrão de subjetividade/intersubjetividade, confiança, validade e de generalização. Assim, o pesquisador precisa se ater aos resultados em diferentes rodadas e se, esses resultados são equivalentes; também é preciso avaliar a que nível a mensuração atinge o construto desejado.

A análise de conteúdo envolve, geralmente, tratamento estatístico de unidades de texto. Os objetos de análise passam por procedimentos sistemáticos, explícitos e replicáveis, no entanto, o tratamento estatístico não elimina uma análise mais minuciosa feita através da leitura dos textos (Bauer; Gaskell, 2017). Desse modo, a técnica permite a construção de indicadores sobre visão de mundo, valores, opiniões e compará-los entre diferentes países (Laver; Benoit; Garry, 2003; Lucas *et al.*, 2015).

Como dito, a análise de conteúdo é comumente abordada em estudos que tem como objetivo analisar a comunicação política. Quando se trata de comunicação, muitos assuntos podem ser classificados como políticos, desde protestos e opinião pública até os processos formais da política, como notícias sobre eleições e seus resultados, editoriais políticos e campanhas políticas (Neuendorf; Kumar, 2015).

A análise de conteúdo político midiático é usada, principalmente, para estudar como a distribuição das fontes de notícias, edição, agenda-setting, agenda-building, enquadramento, e o efeito priming explicam a função das notícias no contexto de políticas, eleições, e engajamento cívico nas sociedades democráticas. Em suma, a análise da comunicação tem como objetivo testar a teoria do agendamento, proposta por McCombs e Shaw na década de 70.

Da perspectiva das fontes de notícia, Entman (1993) analisou como questões políticas complexas são “embaladas” e apresentadas de modo acessível ou como “clusters de mensagens”. Já da perspectiva dos leitores, Semetko e Valkenburg (2000) analisaram cinco tipos de enquadramentos de notícia com a finalidade mostrar que existe uma diferenciação quanto a escolha de palavras e enquadramento. A maior diferença está entre a escolha de jornais sensacionalistas e jornais mais sérios, de acordo com a classificação das autoras. Assim, a diferença entre escolha de frames pode influenciar a opinião pública e o comportamento do eleitor (Iyengar, 1994).

A popularização da internet fez com que os pesquisadores também se interessassem pela

análise de conteúdo de sites, blogs e redes sociais com o intuito de estudar um possível surgimento de senso de comunidade e engajamento cívico nesses ambientes (Neuendorf; Kumar, 2015). O Twitter, em especial, tem sido alvo de diversos estudos sobre comunicação política. Jungherr (Jungherr, 2016) sistematizou, ao todo, 127 estudos que tem como foco o uso do Twitter durante as eleições e como ferramenta de campanha política, apontando a importância da ferramenta para a comunicação política.

Além do conteúdo da mídia, os materiais de campanha são objeto recorrente de análise de conteúdo. Enquanto o primeiro diz como os meios de comunicação mostram os políticos, o último mostra como eles se apresentam. Benoit (2010) usa os discursos e os debates dos presidencialistas feitos durante a campanha como objeto para avaliar uma possível influência desses discursos nos resultados eleitorais. Os resultados mostraram que tanto os discursos – categorizado como de reconhecimento, ataque ou defesa – como os debates têm capacidade de influenciar os resultados eleitorais, e que, eles são úteis para conhecer as plataformas dos candidatos (Benoit *et al.*, 2010, pg. 99).

O advento da computação fez com aumentasse o interesse em análise de conteúdo. Desde seu desenvolvimento, as técnicas de CATA (*Computer Aided Text Analysis*) vêm sendo amplamente utilizadas para analisar o conteúdo de mensagens políticas. O CATA é como são denominados os programas que tem como base a realização da análise utilizando algoritmos na contagem e busca de palavras ou frases. Essas técnicas geralmente incluem dicionários pré-estabelecidos resultados de padrões teóricos estabelecidos pelo pesquisador. Essa abordagem pode ser utilizada também para captar emoções, crenças e percepções dos indivíduos expressas nos textos (Bauer; Gaskell, 2017; Neuendorf; Kumar, 2015).

No entanto, mesmo que o processo de automatização facilite análise de grandes quantidades de textos/documentos, os computadores não são capazes de substituir a codificação humana. Para além da contagem de palavras, a análise de conteúdo ainda requer interpretação textual, interpretação que, até então, não pode ser replicada por computador. Nesse sentido, Bauer e Gaskell (2017) argumentam que a codificação humana é boa para realizar julgamentos mais complicados mais confiáveis quando bem assistidos. Mesmo que a codificação humana seja indispensável, há de se reconhecer as facilidades e os benefícios trazidos pelos CATA. A automatização dos processos de análise de conteúdo tornou possível e otimizada a codificação e interpretação de grandes volumes de dados.

Na política, é através da linguagem que os candidatos propõem debates, registram seus planos de governo, criticam seus oponentes ou, se eleitos, propõe projetos de lei, emendas constitucionais e registram discursos. Portanto, a linguagem é a principal ferramenta que faz com que a política aconteça (Grimmer; Stewart, 2013). Desse modo, o aumento no fluxo de informação trouxe também aumento no volume de textos políticos, acarretando no processo de automatização das técnicas de análise.

A disponibilidade desses textos também é algo que vem crescendo, fruto da promoção da

transparência de dados. Os programas de governo são um exemplo da, relativamente, recente obrigatoriedade junto a publicização de documentos. A Lei 12.034/2009 tornou obrigatório, para os candidatos aos cargos executivos, o registro de sua plataforma ou plano de governo junto ao registro de sua candidatura.

O volume de textos é o primeiro desafio da análise. É a partir da quantidade de documentos a serem analisados que o pesquisador decide pela análise manual ou automatizada. A escolha pela codificação manual também impõe outro desafio, a confiabilidade. É recomendado que a codificação manual seja feita por mais de um pesquisador, para que a validade e a confiabilidade dos parâmetros de codificação sejam asseguradas. Por isso e pelo volume de documentos a serem estudados, a análise do presente trabalho será feita de forma automatizada.

Esse processo, além de ser menos custoso, possibilita: que se utilize diferentes técnicas de análise; que se calcule medidas incertezas, e assim, averiguar se as diferenças entre textos são substantivas ou de mensuração; reduz a necessidade de intervenção humana; e permite que se avalie um maior número de documentos (Izumi M; Moreira, 2018). No entanto, vale ressaltar que a automatização também tem suas desvantagens. Grimmer e Stewart (2013) assumem quatro princípios sobre os métodos automatizados: (1) todos estão errados, mas alguns são úteis; (2) os métodos quantitativos de análise de conteúdo não substituem as capacidades humanas; (3) não existe o melhor método; (4) é preciso validar, validar, validar.

A aquisição dos documentos é o primeiro passo da análise. A partir de então, é preciso redimensionar os textos para transformá-los em um vetor contendo a contagem de cada palavra (Lucas, 2015). Assim, é no pré-processamento que os textos são transformados em números, para então poder aplicar o modelo de análise escolhido (Grimmer e Stewart, 2013). Essa fase é constituída por cinco passos: (1) codificação de caracteres; (2) remoção de palavras; (3) construção de *bag of words*; (4) *stemming*; e (5) construção da matriz de documentos e termos (DTM). No entanto, a aplicação desses procedimentos pode variar de acordo com a técnica escolhida (Izumi M; Moreira, 2018).

A depender do objetivo da pesquisa, a análise pode ser classificada como Escalonamento Ideológico (*Ideological Scaling*) ou Classificação. O primeiro pode estimar a posição dos atores no espaço político, ou produzir o escalonamento. Os métodos de escalonamento podem ser divididos entre os supervisionados e os não-supervisionados. Os supervisionados, ou *wordscores*, se referenciam a partir de textos de apoio para situar outros atores políticos no espaço. Já os não-supervisionados, *wordfish*, explora a suposição de como a ideologia afeta a escolha de palavras. Esse modelo trabalha sem a imposição direta das categorias de interesse (Izumi M; Moreira, 2018).

Os métodos de Classificação agrupam os textos em um conjunto de categorias. Essas categorias podem ser conhecidas ou desconhecidas. Quando o pesquisador conhece as categorias antes da análise, os métodos automatizados podem minimizar o trabalho necessário para classificar os documentos (Grimmer; Stewart, 2013). Os métodos de dicionário usam a frequência de palavras

para determinar a classe do documento. Essa abordagem pode, por exemplo, ser utilizada na análise de sentimentos, quando o interesse é averiguar características positivas ou negativas das opiniões (Izumi M; Moreira, 2018).

Ainda sobre os métodos de Classificação para categorias conhecidas, tem-se os métodos de aprendizagem supervisionadas. Esses se caracterizam pela codificação humana de documentos em uma série de categorias pré-determinadas. Os documentos que foram codificados manualmente, *trainig set*, são então usados para treinar, ou supervisionar modelos estatísticos que irão classificar os documentos restantes. Ao final dessa primeira fase, é preciso que sejam realizados procedimentos de validação para averiguar a performance do modelo.

Esse modelo precisa seguir procedimentos básicos que garantem sua execução, esses procedimentos são: a construção de um conjunto de treinamento, com seleção feita de maneira aleatória; aplicar o modelo de aprendizado supervisionado escolhido; e validar a saída do modelo. Para Izumi e Moreira (2018) as vantagens desse modelo é que ele “não depende de regras ou procedimentos criados fora do domínio específico do conteúdo que está sob análise”. Em suma, essa abordagem não necessita de referências externas quanto as categorias do texto.

Se as categorias são desconhecidas, os métodos de Classificação podem também ser usados para descobrir novas formas de organização (Grimmer; Stewart, 2013). Os métodos de aprendizado não supervisionado para categorias desconhecidas usam, ao invés de dicionários, premissas do próprio modelo para estimar o número de categorias presente no conjunto de documentos. Nesse tipo de análise, a validação é essencial, já que a incerteza é grande (Izumi M; Moreira, 2018).

O modelo *Computer Assisted Clustering* (CAC) oferece um modelo que explora milhares de agrupamentos possíveis. Por não haver garantia que as categorias resultantes sejam interessantes para a pesquisa, a validação é essencial. Grimmer e King (2010) desenvolveram o modelo que permite com que os pesquisadores busquem os possíveis agrupamentos na forma de cluster, ou partições, de um dado conjunto de objetos mobilizados. Já com o *Fully Automated Clustering* (FAC) o algoritmo estima as categorias e classifica os documentos nessas categorias, simultaneamente. Grimmer e Stewart (2013) apontam que o problema que envolve essa abordagem é o fato de que é difícil saber, de antemão, se os cluters produzidos pelo modelo será útil para a análise. Aqui, os modelos podem ser LDA, *Dynamic Multitopic Model*, *Expressed Agenda Model* e *Structural Topic Model*.

LDA, ou *Latent Dirichlet Allocation* (Paisley et al., 2013), é o modelo de tópico mais difundido. Essa abordagem considera que cada documento é constituído por tópicos diferentes. O *Dynamic Multitopic Model* (Quinn et al., 2010) foi usado para modelar os tópicos proferidos diariamente nos discursos do Senado americano, nesse modelo é usada uma dinâmica a priori para fazer inferências sobre a proporção de discursos de cada dia destinada a cada tópico. O *Expressed Agenda Model* (Grimmer, 2010) mede a atenção que os senadores dão a um conjunto de tópicos, explorando a mesma estrutura proposta pelo LDA (Grimmer; Stewart, 2013; Izumi M; Moreira,

2018).

Uma abordagem mais recente e usa a mesma estrutura do LDA, o *Structural Topic Model* (STM) permite que seus metadados sejam incorporados ao modelo e usados como covariáveis. Assim como no LDA, O modelo permite estimar a correlação entre os tópicos e identificar quando esses tópicos ocorrem simultaneamente. Portanto, os programas de governo são um conjunto de textos que podem abordar diversos tópicos, já que é nesses documentos que os candidatos expõem intervenções em diversas áreas de atuação do estado. Aqui, o objetivo também é avaliar a influência da ideologia na prevalência dos tópicos. Por isso, o modelo a ser utilizado na análise de conteúdo será o *Structural Topic Model* (STM), pois permite estimar diversos tópicos em um mesmo documento além de incluir covariáveis no modelo.

4.2 STRUCTURAL TOPIC MODEL (STM)

O STM (Roberts *et al.*, 2014) é uma técnica de análise de tópicos, assim como o LDA, com extensões que facilitam a inclusão de metadados a nível do documento. A inclusão dessa extensão de análise de metadados ao modelo pode tanto melhorar a qualidade dos tópicos compreendidos como facilitar o teste de hipótese (Lucas *et al.*, 2015). A técnica foi desenvolvida em formato de pacote para o *software R*.

Assim, a grande contribuição do STM para a análise de conteúdo automatizada é que ele permite incorporar informações cruciais sobre o documento, como o gênero do autor, partido ou unidade federativa. O pacote foi inicialmente desenvolvido para analisar respostas abertas de *surveys*, porque conseguem captar a verdadeira opinião dos entrevistados e porque são capazes de serem usadas para estimar o efeito de tratamento (Roberts *et al.*, 2014).

As covariáveis são o grande diferencial do STM. Essas informações podem ser adicionadas ao modelo como uma forma de extrair informações do texto. A covariável pode influenciar tanto a prevalência quanto o conteúdo do tópico. Quanto a prevalência do tópico, as covariáveis podem dizer quais tópicos são prevalecidos no documento (ex.: o partido A é mais provável a falar sobre o tópico 1 que o partido B). Sobre o conteúdo, Lucas (2015) ressalta que essa é uma ferramenta importante pois pode ser usada para captar tanto a quantidade quando a condição na qual a unidade de interesse foi relatada no corpus, ou seja, quais palavras foram usadas para discutir determinado tópico.

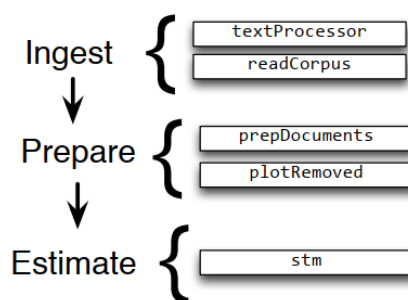
Uma outra característica do STM que o diferencia dos demais é a possibilidade de estimar a correlação entre os tópicos. A representação gráfica dessa função do modelo faz com que seja possível conhecer a estrutura organizacional no nível do corpus textual. O modelo de correlação entre os tópicos identifica a probabilidade de dois tópicos coexistirem em um mesmo documento.

A estrutura heurística da primeira parte do modelo está representada na figura seguinte (1). Essa primeira parte é formada por três etapas: Inserir, Preparar e Estimar. Na primeira etapa,

Inserir, os dados são carregador software R, o STM apresenta o corpus textual em três partes: a lista de documentos contendo o índice de palavras e a quantidade que elas aparecem no corpus, nessa fase o modelo também apresenta a matriz contendo as covariáveis identificadas. Nessa etapa ocorre o *stemming*, que é a redução de palavras, deixando apenas sua “raiz”; a pontuação e as *stopwords* (preposições, conectivos) também são removidas nesse estágio.

Depois da leitura dos documentos, a etapa seguinte, Preparar, processa os dados carregados para averiguar se todos se encontram no formato apropriado. As funções dessa etapa removem termos infrequentes de acordo com os parâmetros do pesquisador. Ao fim, a etapa mostra o número de palavras e documentos que foram removidos. Após a fase de preparação, os documentos estarão prontos para a etapa de estimação de tópicos. Na última etapa, o resultado do preparo dos documentos e as covariáveis estarão prontos para análise. As funções que seguem a partir daí permitem a visualização, avaliação e compreensão dos resultados estimados na fase anterior¹. É a partir do que foi estimado que se pode investigar os parâmetros de prevalência de tópicos e as relações dos tópicos com as covariáveis.

Figura 1 – Estrutura do STM



Fonte: STM vignette

Em suma, o modelo de análise oferecido pelo STM permite que os programas de governo não sejam apenas avaliados de forma geral, mostrando quais os tópicos mais recorrentes, mas também oferece funções que permitem analisar a prevalência de tópicos por covariáveis estimadas pelo próprio modelo. Desse modo, na próxima seção mostrei os programas que serão analisados e, em seguida, o resultado do pré-processamento dos documentos, que consiste na primeira etapa da análise antes de estimar o STM.

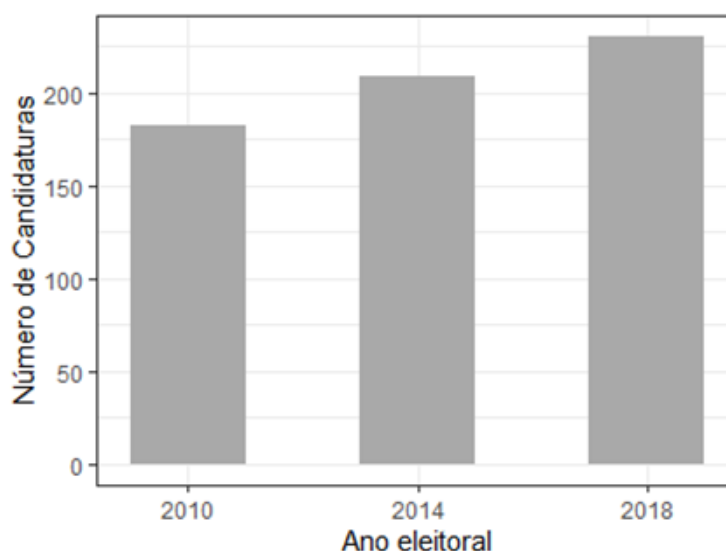
4.3 OS PROGRAMAS ENQUANTO DADO

A seleção e aquisição dos documentos são o primeiro passo da análise. Os programas de governo estão disponíveis no site de Divulgação de Candidaturas e Contas do Tribunal Superior

¹A estrutura completa do modelo, com todas as suas funções, estão disponíveis em <<https://cran.rproject.org/web/packages/stm/vignettes/stmVignette.pdf>>

Eleitoral². A lei que obriga os partidos a depositarem os documentos entrou a vigor nas eleições de 2010, portanto são três eleições para governador na qual os partidos têm que divulgar o plano de governo. No primeiro ano de vigência, 2010, foram registradas 180 candidaturas de 24 partidos diferentes, em 2014, 209 candidaturas de 33 partidos; já nas eleições de 2018 foram registradas 230 candidaturas de 32 partidos diferentes (2). Aqui foram analisados os tópicos dos programas registrados nas eleições 2018, tanto pela proximidade temporal quanto pela quantidade de candidaturas.

Figura 2 – Gráfico 1 - registro de candidaturas de 2010 a 2018

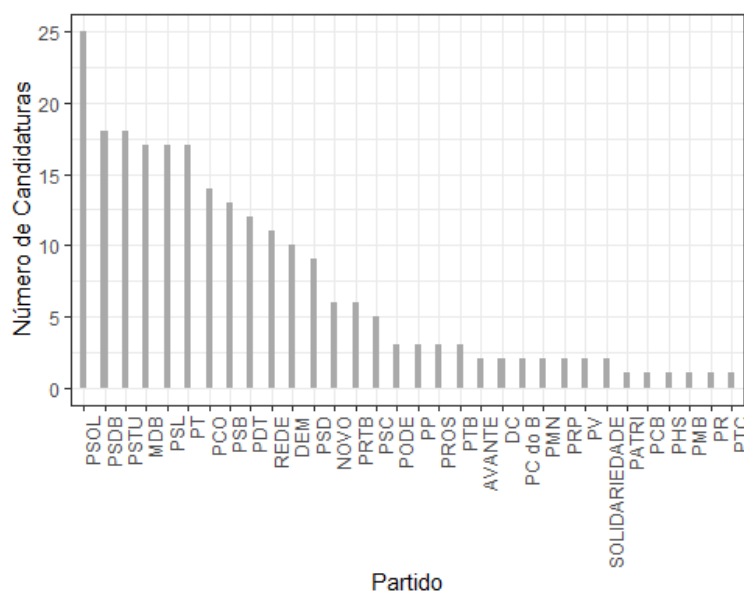


Fonte: A autora com base nos dados do TSE.

Nas eleições de 2018 (3), o site do TSE mostra que foram registradas 230 candidaturas de 32 partidos, uma média de 8.5 candidatos por estado. O PSOL foi o partido que mais apresentou candidaturas, um total de 25, seguido do PSDB e PSTU com 18 candidaturas cada. Partidos como o PATRIOTA, PCB e PR lançaram apenas uma candidatura. Mesmo que haja o registro dos candidatos no TSE, não é garantido que eles consigam concorrer nas eleições, dentre essas 230 candidaturas estão aquelas que foram deferidas e indeferidas (3).

²Os documentos estão disponíveis em <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/>>

Figura 3 – Gráfico 2 - registro de candidaturas por partido em 2018

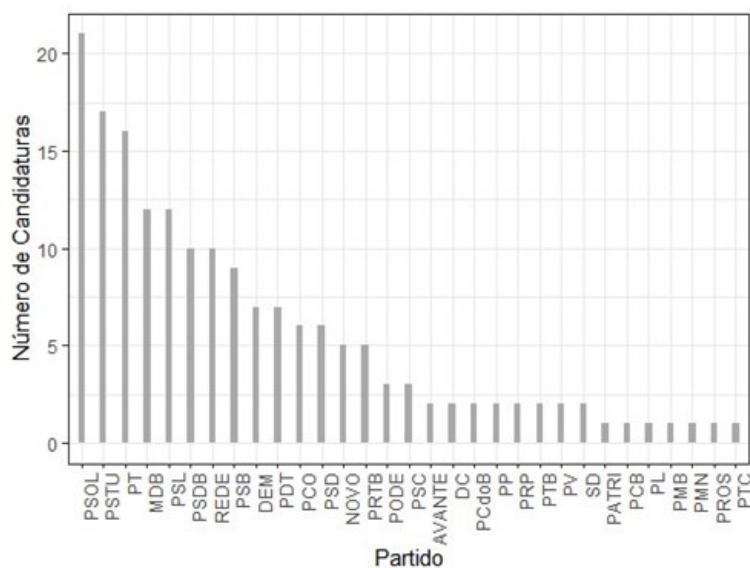


Fonte: A autora com base nos dados do TSE.

Mesmo que 230 candidatos tenham registrado a candidatura, não existe garantia que se possa analisar os programas de todos. Alguns programas são “perdidos” entre a aquisição e o processo de codificação de caracteres (*encoding*). Aqui, os problemas enfrentados estão tanto entre a ausência de programa quanto a problemas de codificação. Além da ausência de programas, não foi possível a codificação de alguns arquivos, exemplo disso foi o programa do candidato ao governo da Paraíba, João Azevedo (ex-PSB), que publicou seu programa, no entanto o processo de *encoding* corrompe o arquivo, impossibilitando sua interpretação no *software R*.

No presente trabalho, os programas de governo foram adquiridos utilizando técnica automatizada de raspagem de dados (*webscrapping*). A raspagem de dados e codificação resultou em um corpus de 172 (4) programas de governo, uma média de 6,3 programas por estado. Do total, o PSOL é o partido com o maior número de programas analisados, 12% (21 programas), seguido do PSTU, 10% (17 programas). O PT, partido protagonista nas disputas presidenciais, apresentou 9% (16 programas), MDB e PSL com 7% cada um (12). Já do PSDB, partido que até 2018 protagonizava as disputas presidenciais com o PT, e a REDE têm 6% (10 programas) cada. Os demais programas estão entre partidos que compõem a outra metade do conjunto de textos, PSB apresentou 9 programas (5%), e o DEM, 7 programas.

Figura 4 – Gráfico 3 - distribuição de programas analisados (por partido)

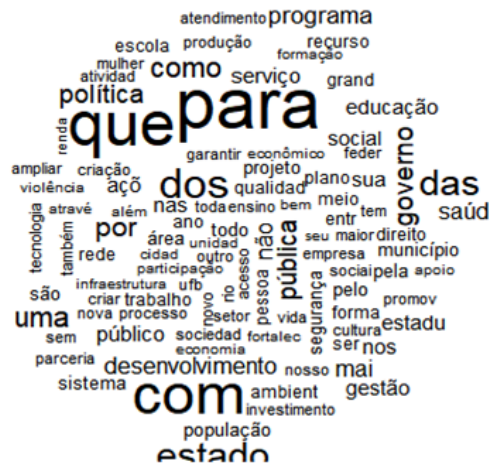


Fonte: A autora com base nos dados do TSE.

A etapa seguinte é retirar as palavras e os termos que são extremamente comuns e não interessam para o pesquisador. Nesse processo costumam ser retiradas as *stopwords*: os números, preposições, artigos, pronomes e pontuação. Depois da remoção das *stopwords* vem a etapa de *stemming*, na qual são removidos os finais da conjugação verbal ou plural de substantivos, ou seja, as palavras são reduzidas ao seu radical. Essas etapas são as mais comuns na fase de pré-processamento de textos. Cada passo descrito aqui tem como finalidade reduzir a complexidade dos textos ao tratar de forma idêntica palavras que têm propriedades similares e remover àquelas que não interessam para a análise (Lucas, 2015; Izumi e Moreira, 2018).

Os gráficos de nuvem a seguir (5, 6) ilustram a diferença que o pré-processamento faz no corpus do trabalho. Esse tipo de gráfico permite visualizar as palavras mais recorrentes nos documentos analisados, a primeira nuvem (5) representa o conjunto de palavras encontradas antes do pré-processamento, aqui as palavras identificadas foram “que”, “para”, “dos” e “com”, conjunções que pouco ajudam em uma percepção inicial acerca das preferências dos candidatos. Já com a segunda nuvem (6), é possível ter uma percepção inicial sobre o que se tratam as principais propostas de governo, no corpus pré-processado, sem números e conjunções, palavras como escola, saúde, gestão e recurso ganham destaque no gráfico. Nessa fase, além do processo de remoção das *stopwords* e *stemming* das palavras, são removidos os números e todo corpus é padronizado em letras minúsculas. A partir desse conjunto de palavras, o STM permite avaliar o número de tópicos apropriado para o conjunto de textos do trabalho. Na próxima seção apresentarei os resultados desse teste de estimação do número de tópicos.

Figura 5 – Gráfico 4 - nuvem de palavras antes do pré-processamento



Fonte: A autora, 2020.

Figura 6 – Gráfico 5 - nuvem de palavras depois do pré-processamento



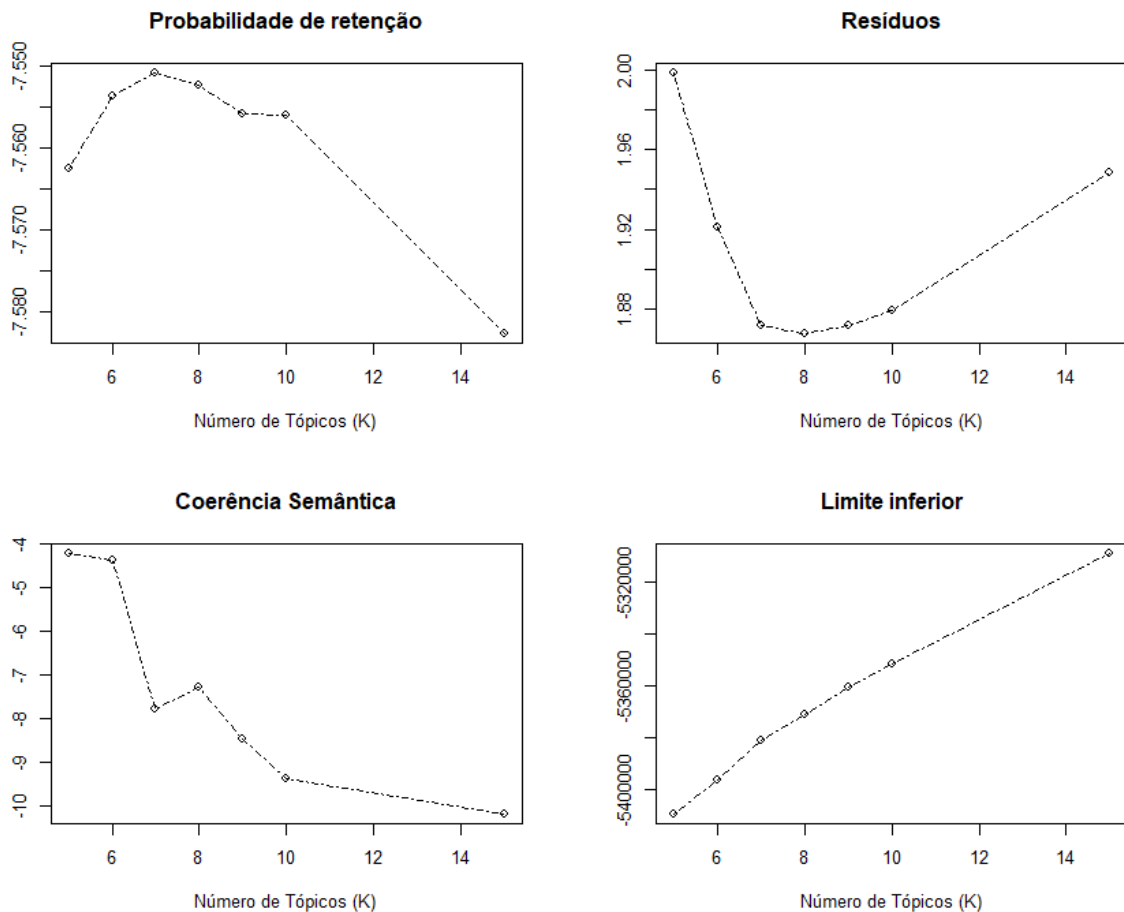
Fonte: A autora, 2020.

4.4 NÚMERO DE TÓPICOS E METADADO

Após o pré-processamento, o STM permite que o pesquisador especifique uma quantidade K de tópicos. É importante ressaltar que não existe um número “certo” para um dado corpus (Grimmer; Stewart, 2013), no entanto, o *Structural Topic Model* apresenta uma função que permite estimar o número apropriado de tópicos a partir dos próprios dados. A função (searchk) performa vários modelos automatizados para ajudar o pesquisador a escolher o número apropriado

de tópicos. Os testes mostram resultados sobre a probabilidade de retenção, resíduos, coesão semântica e limite inferior (Wallach *et al.*, 2009; Taddy, 2012).

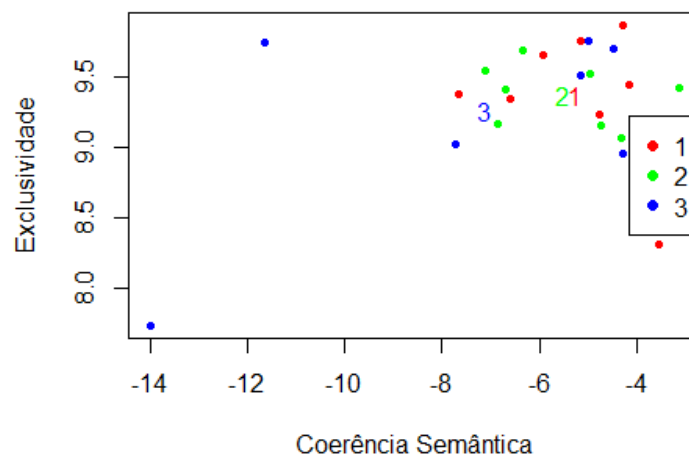
Figura 7 – Gráfico 6 - teste de estimação do número K de tópicos



Fonte: A autora, 2020.

O teste inicial, que estimou entre 10 e 50 tópicos, mostrou que o apropriado seria escolher um número K de no máximo 15 tópicos. Então, um segundo teste foi rodado com um intervalo menor de tópicos, entre 5 e 15, para poder ter uma maior precisão de resultado. Assim, os testes para estimar a quantidade de tópicos (7) resultam em quatro gráficos diferentes que ajudam a estimar um número apropriado de tópicos. A probabilidade de retenção é alta entre 6 e 9, os resíduos são mínimos em 8 tópicos, a coerência semântica é alta em 6 tópicos e o limite inferior aumenta com o número de tópicos. A escolha pelo número de tópicos é entendida como uma troca, dificilmente se tem o melhor dos mundos, no qual se teria um cenário de alta coerência e probabilidade, e baixos resíduos e limite inferior. Aqui, optei por uma coerência média, alta probabilidade de retenção e baixo resíduos, por isso selecionei 8 tópicos.

Figura 8 – Gráfico 7- exclusividade e coerência



Fonte: A autora, 2020.

Além da estimação de melhor número de tópicos, o STM permite também estimar o melhor modelo entre a quantidade de tópicos escolhida. Robertson *et al.* (2014) argumentam que um tópico semanticamente interpretável tem duas qualidades: (1) é coerente no sentido de que as palavras mais frequentes tendem a coexistir no mesmo tópico, e (2) é exclusivo no sentido de que é pouco provável que as palavras mais frequentes de um tópico apareçam em outro.

O gráfico de exclusividade pela coerência (8) mostra três diferentes arranjos com 8 tópicos. Cada cor é um arranjo diferente e cada ponto um tópico dentre os 8 distribuídos entre os eixos exclusividade e coerência semântica, desse modo, recomenda-se escolher o arranjo que estiver mais à direita e acima da figura, indicativo de maior exclusividade e coerência, representado pelo arranjo vermelho, 1.

Definidos os números de tópicos, o modelo também inclui metadados no nível do documento. No trabalho, os metadados foram estimados a partir dos vetores presentes no banco de dados. Esses vetores foram incluídos manualmente, desse modo, além de um vetor contendo os programas de governo, foram indexados vetores contendo informação sobre a unidade federativa do candidato, sobre o partido (4) e sobre a ideologia.

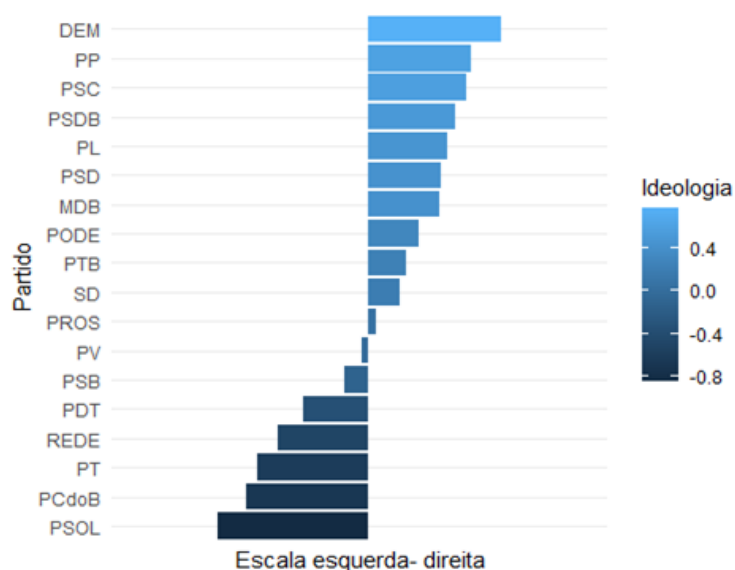
Para o presente trabalho, as covariáveis mais relevantes vêm das informações acerca do partido e da ideologia do candidato. Os dados sobre a medida de ideologia vêm do *Brazilian Legislative Survey* (BLS) (Power e Zucco, 2019)³. O questionário é aplicado desde a década de 90 e a ideologia é calculada a partir das respostas dos deputados às perguntas desenvolvidas pelos pesquisadores.

³Disponível em <h><https://doi.org/10.7910/DVN/G2RADZ/KVTFKE>

Aqui, o valor utilizado foi o do resultado do questionário mais próximo das eleições de 2018, assim sendo, os resultados do questionário aplicado em 2017. O BLS utiliza uma escala que vai de -1 a 1, onde -1 é o valor máximo da esquerda, e 1 da direita, portanto quanto mais se aproxima ao 0 mais ao centro está o partido. No entanto, o BLS é calculado como medida ideológica do Congresso, por isso, nem todos os partidos que lançaram candidaturas ao executivo tem representação no legislativo. Assim, dos 32 partidos que lançaram candidaturas ao executivo, 18 tem indicador para ideologia. A escolha pelo BLS se deu também pela ausência de medida de ideologia para os partidos em cada estado.

Desse modo, partidos subrepresentados ou que sequer ocupam cadeiras no Congresso não tiveram sua ideologia calculada pelo BLS. Os partidos que não estão no BLS são: PSTU, PSL, PCO, NOVO, PRTB, AVANTE, DC, PRP, PATRI, PCB, PMB, PMN, PTC e PHS. A figura seguinte (9) mostra os 18 partidos que lançaram candidaturas e programas nas eleições de 2018 e constam no BLS realizado em 2017. São siglas que ocupam todo o espectro ideológico, aqui o PSOL (-0.852792616) é o partido que se encontra mais à esquerda, e o DEM (0.757351411) mais à direita. É com essas medidas que se pode avaliar a relação entre preferência por dado tópico e ideologia.

Figura 9 – Gráfico 8 - ideologia dos partidos



Fonte: A autora com base nos dados do BLS 2017.

4.5 SÍNTESE

Neste capítulo foi mostrada a evolução da análise de conteúdo e seu uso na Ciência Política. O objetivo do trabalho é analisar quais questões políticas são defendidas nos programas de governo das eleições de 2018. A técnica escolhida foi o STM, por se tratar de muitos textos, nos quais são elencadas diferentes propostas para temas diferentes, e por permitir a incorporação

de metadados ao modelo.

Foi feito o pré-processamento dos dados que permitiu a remoção de *stopwords* e o *stemming* das palavras contidas nos documentos. A partir de então, estimou-se a quantidade mais apropriada de tópicos, os testes de estimação mostraram que o número mais apropriado é de, aproximadamente, 8 tópicos. Por fim, a ideologia foi mostrada como metadado incluso no modelo e que será utilizado enquanto covariável no teste de associação.

No próximo capítulo serão mostrados os resultados do STM, o conteúdo de cada um dos oito tópicos e validação do modelo, a importância, ou não, dos partidos e a influência da ideologia nas preferências dos programas de governo.

5 RESULTADO

No capítulo anterior mostrei o porquê da escolha do STM como ferramenta para análise dos documentos do trabalho. A escolha se deu pela possibilidade de incorporar metadados a análise e pelo fato do algoritmo considerar que os textos são compostos de múltiplos tópicos, como é o caso dos documentos analisados no trabalho. Nos programas de governo, os candidatos ao poder executivo têm a chance de expor seus planos de gestão e quais serão suas prioridades. Desse modo, nesse capítulo apresentarei os resultados da análise automatizada desses programas.

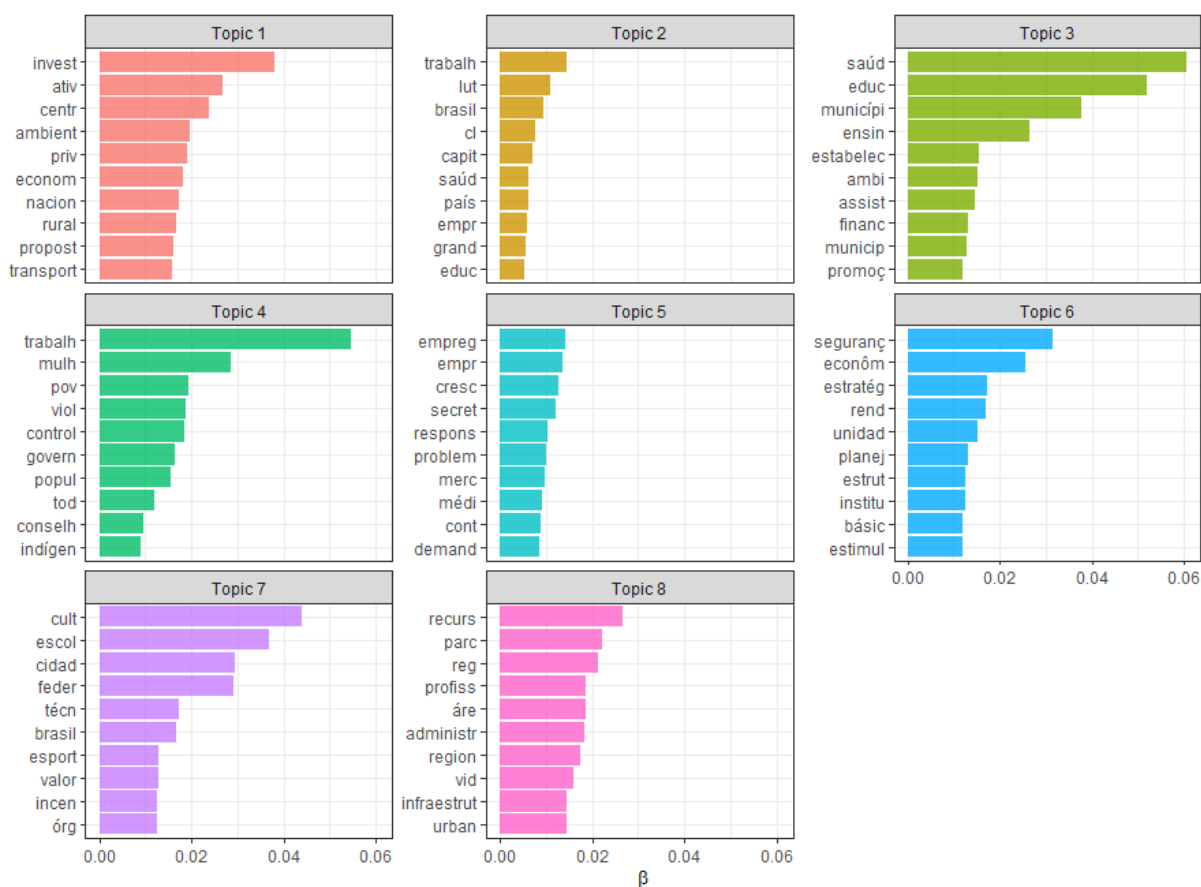
Como foi definido, serão estimados 8 tópicos capazes de traduzir o conteúdo desses documentos. Portanto, no presente capítulo mostrei o resultado dessas análises. Para validar e nomear os tópicos estimados é preciso ler os documentos que contém os radicais das palavras contidas em cada tópico. Os tópicos serão classificados a partir da interpretação dos documentos que contém os radicais, o capítulo segue por testar as hipóteses propostas anteriormente, e conclui sintetizando os achados do trabalho.

5.1 OS TÓPICOS ENCONTRADOS

Como definido no capítulo anterior (7, 8), foram escolhidos 8 tópicos para os 172 programas e 20521 palavras que serão estimados pelo modelo. Aqui apresento esses tópicos, a palavras mais frequentes, a correlação entre os tópicos, convergência, classificação e, por fim, a distribuição dos documentos por tópico.

O primeiro resultado obtido com o STM são as palavras mais frequentes de cada tópico (10). Essa estimativa é importante para se ter uma percepção inicial do conteúdo de cada tópico. É importante ressaltar que, mesmo que as principais palavras de cada tópico sejam as mesmas, como nos tópicos 2 e 4, o conteúdo do tópico pode ser diferente. Por isso que, para além de analisar as palavras “soltas” e mais frequentes de cada tópico, se analisem trechos dos programas onde elas se encontram. Esse processo ajuda na contextualização e na mitigação de possíveis erros de estimação do STM e traz a interpretação do tópico que o modelo automatizado não pode dar à análise de conteúdo. O processo de validação dos tópicos se deu também pela leitura dos documentos.

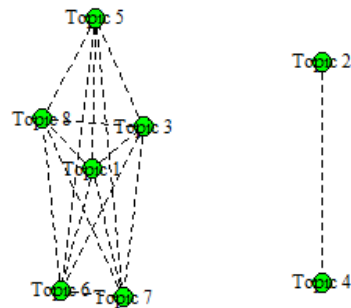
Figura 10 – Gráfico 9 - distribuição de palavras por tópico



Fonte: elaboração própria.

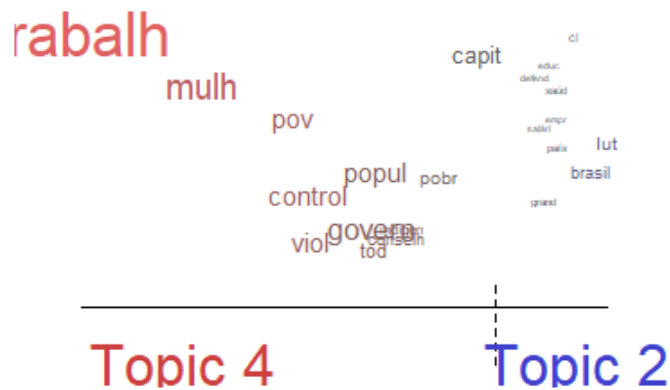
O gráfico de correlação entre os tópicos (11) mostra, pela proximidade entre os tópicos, que os assuntos abordados nos programas são altamente correlacionados, no entanto os tópicos 2 e 4 só se correlacionam entre si. Desse modo, o gráfico de convergência (12) surge como uma possibilidade de visualizar como esses tópicos, que têm a palavra trabalho como principal termo, divergem entre si. Pela simples visualização é possível notar que, apesar de abordar o trabalho, os tópicos são divergentes. Por isso, como dito anteriormente, é preciso avaliar quais as palavras mais frequentes em cada tópico e ler os documentos para classificar os tópicos, para isso, foram lidos os 3 programas no qual dado tópico é mais recorrente.

Figura 11 – Gráfico 10 - correlação entre os tópicos



Fonte: A autora, 2020.

Figura 12 – Gráfico 11 - convergência entre tópicos



Fonte: A autora, 2020.

O primeiro tópico é o mais recorrente nos programas do candidato David Hall (AVANTE-AC), Eduardo Leite (PSDB-RS) e do João Tarantella (PSL-SE). O tópico foi denominado “Finanças e Investimento”, nomenclatura que se justifica pela natureza executiva do cargo de governador, no qual os candidatos eleitos irão exercer controle sobre as finanças do estado, papel

salientado no capítulo 1 do trabalho. O trecho abaixo foi retirado do programa do candidato David Hall (AVANTE – AC):

“O governo do estado irá anualmente fazer estudos estratégicos para verificar as melhores oportunidades para investimento no mercado, procurando sempre obter os melhores resultados em benefício do bem comum”.

Ainda sobre o mesmo tópico, o candidato Eduardo Leite do PSDB do Rio Grande do Sul opta por priorizar iniciativas que fomentem as parcerias público-privadas (PPPs) para o desenvolvimento econômico do estado:

“É fundamental ampliar a participação da iniciativa privada por meio de PPPs e concessões nos investimentos e na operação dos serviços para superar essas deficiências e recuperar a estrutura que possa proporcionar a retomada do crescimento”.

Já o candidato João Tarantella (PSL–SE) tem como um dos pilares de suas propostas também buscar investimento privado para o desenvolvimento econômico e social de Sergipe:

“AÇÃO EXECUTIVA: Privilegiar investimentos e parcerias público-privadas para reforçar bibliotecas, museus, arquivos e teatros”.

Portanto, o tópico 1, "Finanças e Investimento", é caracterizado pela priorização de desenvolvimento e recuperação econômica e, no caso dos programas onde ele ocorre mais, a parceria do estado com entes privados.

O tópico 2 foi denominado “Questões de Classe”. Esse tópico é o mais latente nos programas do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e PCO (Partido da Causa Operária), partidos que têm as causas operárias e de classe como protagonista na sua agenda. Os três principais documentos que abordam esse tópico são programas do PCO para os estados de Goiás, São Paulo e Santa Catarina. Como os três programas são do mesmo partido, apenas um trecho foi destacado. O fragmento abaixo se refere ao programa da candidata Alda Lúcia, do PCO de Goiás:

“A classe operária luta contra a burguesia, contra o regime político burguês em seu conjunto pelo governo operário e pelo Estado operário. A classe trabalhadora e suas organizações devem lutar, ao mesmo tempo, contra a direita e a esquerda da burguesia, mas não deve confundir as duas ”.

O tópico 3, “Questões Municipais” remete as questões básicas da administração pública, no entanto, fala sobre a relação entre os estados e seus municípios. As promessas de campanha se referem às problemáticas dos municípios. O candidato Milton Andrade, do PMN de Sergipe, aborda principalmente os temas relacionados a saúde e a gestão da área nos municípios, o candidato salienta e centraliza o papel do estado nessa relação:

“O estado não pode se omitir das suas competências como vem acontecendo em Sergipe, onde existem sistemas municipais isolados, superlotados e sucateados. a municipalização da saúde não atende às demandas no setor”.

Outro candidato que prioriza o tópico é o Coronel Marcos Rocha, do PSL do Acre. No entanto, ao contrário do candidato de Sergipe, o Coronel tem como principal tema a administração da educação e reconhecimento do papel fundamental dos municípios na gestão da área:

“...apoio a que os Jogos Escolares sejam realizados em condições ideais de organização, contribuição junto aos municípios para uma gestão eficiente dos equipamentos esportivos públicos e integração da política de esporte com as demais políticas públicas, especialmente de Educação e de Saúde”.

O candidato Mauro Napoleão, do MDB de Santa Catarina, tem como pilar de seu programa de governo a descentralização e diminuição do poder do estado. No plano de governo apresentado pelo candidato, os municípios são os verdadeiros executores das políticas, enquanto o papel do estado está reservado à coordenação:

“...estabelecendo parcerias de coparticipação com entidades e associações da sociedade civil organizada, conforme preveem os novos conceitos do Novo Serviço Público (New Public Service), diminuindo a burocracia do Estado, regionalizando o desenvolvimento e municipalizando as ações do governo”.

O quarto tópico, Grupos Sociais, é de maior destaque nos programas de partidos de esquerda (9) como o dos candidatos do PSOL, de São Paulo e Mato Grosso do Sul, e do PT do Acre. O tópico recebeu essa nomenclatura porque além de falar sobre questões de gênero, fala também sobre questões raciais. Em São Paulo foi a Professora Lisete, do PSOL, que deu maior prioridade ao tópico no seu programa de governo:

“...Os índices alarmantes de violência contra as mulheres, como o aumento do número de estupros e de feminicídios de mulheres negras, fez com que a cidade São Paulo fosse considerada, ao lado de Nova Déli, a pior metrópole em violência sexual contra mulheres no mundo, ”.

Seguido da candidata de São Paulo está o candidato do Mato Grosso do Sul, também do PSOL, João Alfredo, que dá destaque à redução da desigualdade social e defesa da liberdade. No trecho abaixo destaco uma das passagens do programa onde o candidato se refere ao tema:

“...Proteção aos direitos sociais, fortalecendo os instrumentos institucionais da cidadania, garantindo a universalização dos direitos da mulher, negros, LGBTQs, indígenas, quilombolas, portadores de necessidades especiais, etc., combatendo sistematicamente todas as formas de discriminação”.

Já o candidato do PT do Acre, Marcus Alexandre, estrutura suas propostas para o mandato em três eixos principais: políticas para mulheres, políticas para indígenas e políticas de juventude.

Aqui as políticas indígenas ganham destaque, dado o contexto social e histórico que delineia o contexto político do estado:

“Nossos governos tiveram grande empenho em reafirmar e promover a igualdade entre homens e mulheres, brancos e negros, povos indígenas e outros grupos étnicos, crianças, jovens, adultos e idosos... Novos marcos legais e a execução de diversos programas também têm sido fundamentais para a superação do racismo, do sexismo, da violência e a violação de direitos em geral”.

O tópico 5, Economia, aborda questões ligadas ao emprego, empresas e empreendedorismo, mercado e crescimento. Esse tópico é priorizado pelos candidatos do Novo, em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e pelo candidato do PSL do Ceará, o Novo, em especial, é conhecido por priorizar essas questões na sua agenda política. No Rio Grande do Sul, Mateus Bandeira (NOVO) reserva grande parte de suas propostas às questões econômicas, desse modo, o candidato começa seu programa propondo o desenvolvimento da economia do estado:

“A hora de promover o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul chegou. Nunca é tarde para fazer o que a realidade indica ser verdadeiro e necessário, e o que a nossa consciência determina ser o certo e o intransferível”.

Em Minas, Romeu Zema (NOVO) também adota a economia como pilar de seu governo, defende a diminuição do Estado e o uso responsável do dinheiro público, no trecho a seguir o candidato defende a geração de emprego e o incentivo ao empreendedorismo:

“Neste sentido, ela deve ser combatida por meio da geração de riquezas pela própria sociedade, que gera mais emprego e valoriza a hora do trabalhador, permitindo que esta riqueza se espalhe. O governo deve ser um facilitador e valorizador do empreendedorismo, de forma a garantir a real igualdade de condições entre aqueles que tomam o risco de empreender”.

O candidato Dr. Hélio Gois (PSL - CE) também defende a diminuição da máquina estatal como forma de diminuição de gastos e desenvolvimento econômico, exemplificado no trecho de seu programa:

“Eixo calcado no liberalismo econômico, que pressupõe a diminuição do Estado ineficiente. Assim, o Estado criará apoio à iniciativa privada e incentivos para a liberdade do indivíduo”.

Já o tópico 6, Administração Pública, é o que aparenta, semanticamente, palavras que remetem ao planejamento, estruturação e à estratégia voltados a diferentes políticas. O tópico foi prioridade nos programas dos candidatos do PT da Bahia e do Piauí, e no programa do MDB de Roraima. Candidato à reeleição do governo da Bahia, Rui Costa (PT), dedica boa parte de seu programa de governo a revisão do que foi feito no governo anterior. Desse modo, o candidato elucida, principalmente, suas estratégias de governança no setor público:

“Os Escritórios de Projetos e Processos, criados no âmbito da Segurança Pública em 2015, foram consolidados como unidades de gestão estratégica e responsáveis pelo aprimoramento da gestão na segurança pública... Comitê de Gestão Estratégica e do Comitê Integrado para Gestão de Projetos e Processos Estratégicos, lastreados num sistema permanente de monitoramento e avaliação do desempenho institucional”.

O também candidato à reeleição do Piauí, Wellington Dias (PT) divide seu programa de governo em eixos estratégicos, no qual propõe sobre gestão pública, que tem como foco interligar todas as áreas de atuação política do seu governo:

“Os eixos estratégicos estão organizados a partir de uma visão sistêmica, ou seja, há uma forte relação entre cada área temática e suas respectivas ações. Além disso, foi construído um eixo específico para infraestrutura, que será o suporte para a efetivação das ações dos demais eixos”.

Em Rondônia, Mauro Carvalho (MDB), estrutura seu programa de governo nomeando os eixos de atuação, as propostas abaixo foram retiradas de seu programa de governo:

“Estruturação da Controladoria Geral com sistema integrado de controle e Criação da Auditoria Geral... Monitoramento, avaliação e revisão do plano plurianual...”.

O tópico 7, Questões Federais, foi assim classificado porque embora tenha como radicais principais "escol" e "cultura" ele aborda esses temas a partir da perspectiva dos atores da federação. O tópico foi estimado pelo modelo a partir da alta coocorrência de palavras com os radicais brasil-feder. Não coincidentemente, esse tópico é priorizado pelos candidatos no PSB, DEM e PROS ao governo do Distrito Federal, que hospeda a capital do país, Brasília. Assim, o candidato Alberto Fraga (DEM) de Brasília, ressalta a importância da cidade enquanto capital federal:

“O DF não foi fundado, foi construído. E, com um objetivo claro: transpor a capital brasileira para o coração do Brasil, na busca da interiorização e da capilarização..passou a concentrar desde sua tenra existência, a responsabilidade de abrigar aqueles que decidiriam, desde então, os destinos da nação”.

O candidato Eliana Pedrosa (PROS) também ressalta esse discurso de exaltação de Brasília enquanto capital do país:

“No coração do quadrilátero do Distrito Federal mora a capital de todos os brasileiros, o que nos impulsiona a promover um governo que fortaleça o seu significado como símbolo da grandeza do Brasil”.

Por fim, o último tópico estimado, tem como tema Desenvolvimento Regional. O tópico tem uma maior frequência de radicais como "região", "parc", "turis", "converg". É importante ressaltar que, nem sempre quando se fala em "região" o candidato está se referindo à divisão

regional do Brasil, estabelecida pelo IBGE. Esse tópico é o principal nos programas de governo do PDT do Rio Grande do Sul, MDB da Bahia e NOVO de São Paulo. O trecho abaixo foi retirado do programa de Jairo Jorge, que até 2019 fazia parte do PDT:

“...busca de soluções estruturais e articulação com outros Estados da União para configuração de alternativa às perdas do pacto federativo, da Lei Kandir e incentivo à industrialização de produtos”.

João Santana, do MDB da Bahia, estrutura seu programa em torno da importância do desenvolvimento regional e maior autonomia das micro-regiões do estado, nesse sentido, dentre as propostas do candidato estão :

“...Efetiva presença do governo nas regiões mais distantes do Estado – descentralização administrativa... Retomada dos centros de convenções na capital e principais cidades de cada região”.

Por fim, o último programa a ser analisado será o do Rogério Chequer, candidato do NOVO ao governo de São Paulo. Nele, o candidato propõe, principalmente, a realização de parcerias nas diferentes frentes de atuação do governo, assim o candidato diz que "

“Analisar parcerias para aumentar os investimentos, eficiência e cumprimento de metas pela Sabesp incluindo a universalização do tratamento de esgoto na região metropolitana de SP e a limpeza dos rios Tiete e Pinheiros”.

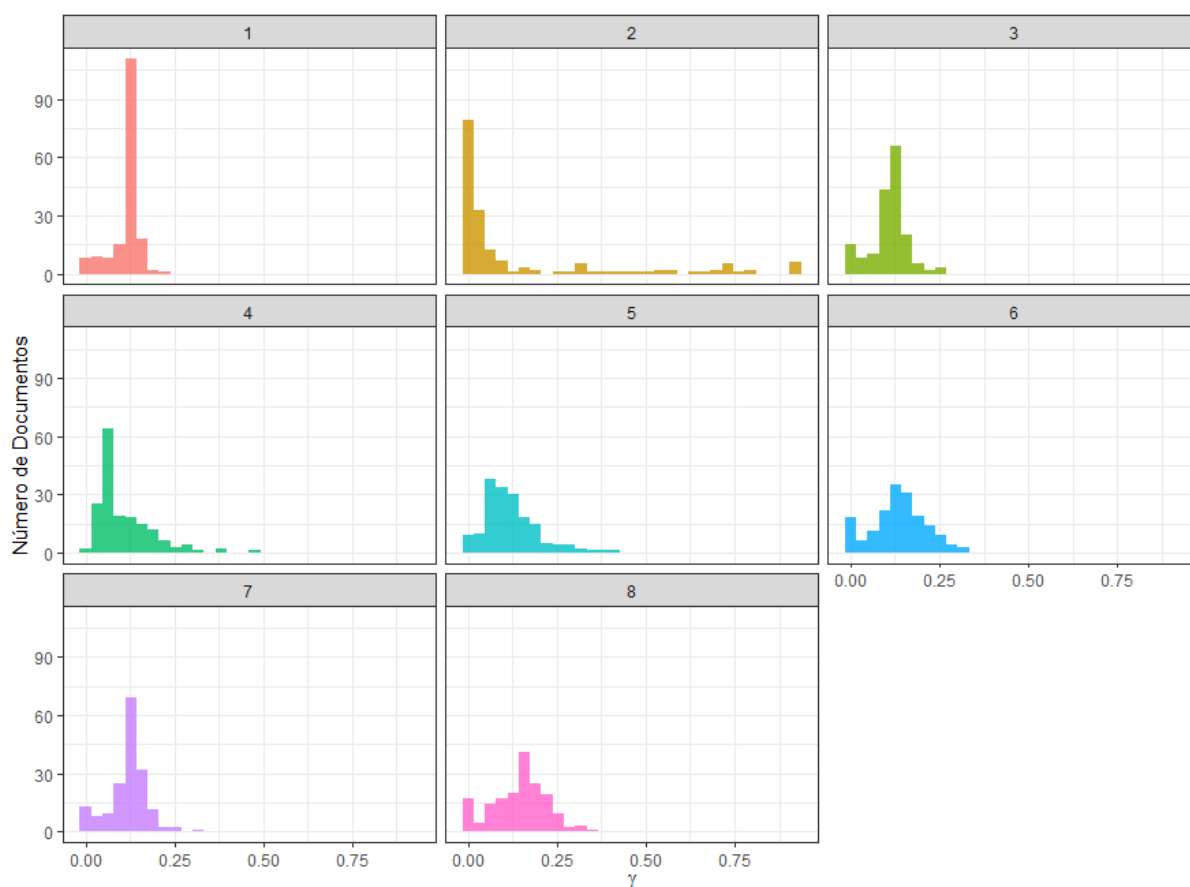
Em suma, diferentemente da análise automatizada de projetos de Lei (Vieira; Batista, 2018; Batista, 2020) ou até discurso parlamentar (Moreira, 2016), os temas estimados pelo modelo apontam para uma variedade temática menor. Foram estimados oito temas, no entanto, todos permeiam à temática da gestão, administração e economia públicas. Isso dá destaque ao papel de gestor característico do cargo de governador, como citado no terceiro capítulo do trabalho (3). Portanto a classificação dos tópicos identificados nos programas de governo ficou a seguinte:

Tabela 1 – Classificação dos tópicos e suas raízes

Tópico	Raízes
1 -Finanças e Investimento	ativ, invest, econ, priv
2 -Questões de Classe	lut, class,operár
3 -Questões Municipais	munic, estabelec, assist
4 - Grupos Sociais	mulh, indíg, rac
5 - Economia	empre, empres, merc
6 - Administração Pública	estratég, planejam, seguranc
7 - Questões Federais	feder, brasil, órg
8 - Questões Regionais	recurs, reg, region

O gráfico abaixo mostra, de forma ilustrada, a distribuição de documentos por tópico.

Figura 13 – Gráfico 12 - distribuição da probabilidade de documentos por tópico



Fonte: A autora, 2020.

O eixo horizontal corresponde à probabilidade *gamma* que vai de 0 a 1, do documento conter o tópico, assim sendo, aproximadamente 100 documentos reservam cerca de 12,5% para dissertar sobre o tópico 1 (Finanças e Investimento).

5.2 OS PARTIDOS

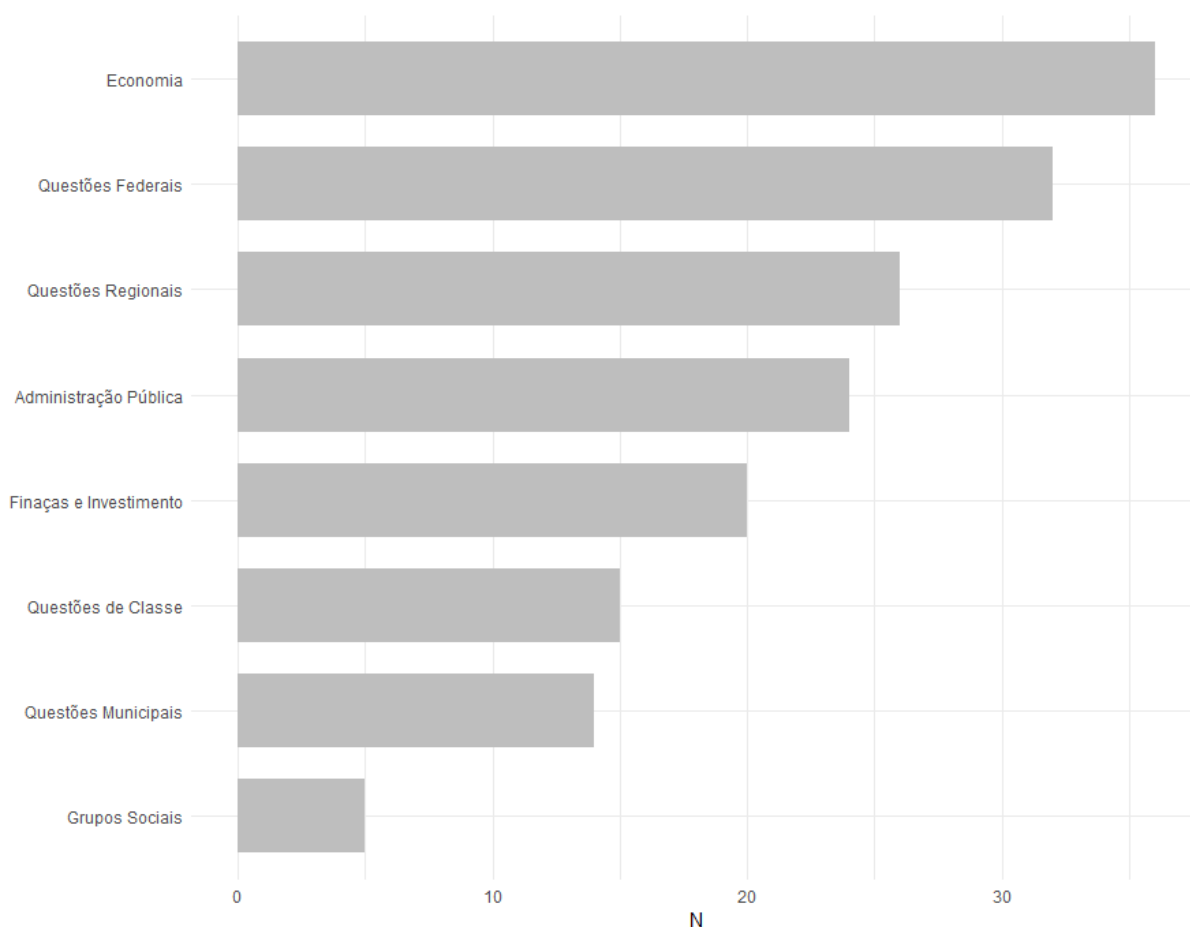
Como debatido no capítulo três, sobre a competição partidária, a teoria da saliência traz uma abordagem na qual os partidos competem programaticamente. Ou seja, os partidos têm sua agenda definida de forma que, através desses programas eles demonstram quais as políticas públicas que eles priorizam. Desse modo, aqui o intuito é avaliar a primeira hipótese do trabalho "*H1: Os partidos se diferenciam programaticamente, ou seja, tem prioridades políticas diferentes*". Essa hipótese leva a acreditar que programas de um mesmo partido tendem a ter prioridades semelhantes.

Na seção anterior, de classificação, foi possível ter uma avaliação inicial das preferências de todos os programas e, na classificação dos temas foi possível notar a existência de certo indicativo de que alguns partidos dominam alguns temas, como o PCO nas Questões de Classe. No entanto, a identificação desse padrão não é suficiente para confirmar a hipótese. Para avaliar se existe associação entre o partido e tópico priorizado nos programas de governo será feito um teste de qui-quadrado.

Com esse tipo de teste estatístico é possível avaliar a relação entre duas variáveis categóricas. As variáveis do teste são o partido e seu tópico prioritário. Para definir a segunda variável investiguei qual o tópico mais recorrente de cada documento, a segunda variável é definida pelo partido de cada documento. O gráfico abaixo (14) mostra no eixo X a quantidade de documentos, e no eixo Y as prioridades dos documentos. Assim sendo, pode-se afirmar que economia é o tema mais priorizado entre os documentos, seguido de Questões Federais, Questões Regionais, Administração Pública, Finanças e Investimento, Questões de Classe, Questões Municipais e, por fim, Grupos Sociais.

Quanto aos partidos, foram analisados 172 programas distribuídos entre 31 partidos diferentes. Nesse conjunto de textos, o PSOL é o partido com o maior número de programas analisados, 12% (21 programas), seguido do PSTU, 10% (17 programas). O PT somou 9% (16 programas), MDB e PSL com 7% cada um (12). O PSDB e REDE somou, cada um, 6% (10 programas), 7 partidos aparecem só uma vez no corpus do trabalho.

Figura 14 – Gráfico 13 - distribuição de tópico por documento



Fonte: A autora, 2020.

A 2 mostra os resultados obtidos. A tabela, então, mostra o resultado do qui-quadrado entre partido e prioridade programática. Pode-se observar que os graus de liberdade (df) foi igual a 210, enquanto o resultado do qui-quadrado foi de 199 (X2) e associação (0,69). Portanto, analisando o resultado de associação, no qual o $p\text{-Valor} \geq 0,05$, as variáveis não apresentam associação significativa. Desse modo, assume-se que não há associação entre os partidos e as prioridades dos candidatos.

Tabela 2 – Teste de qui-quadrado

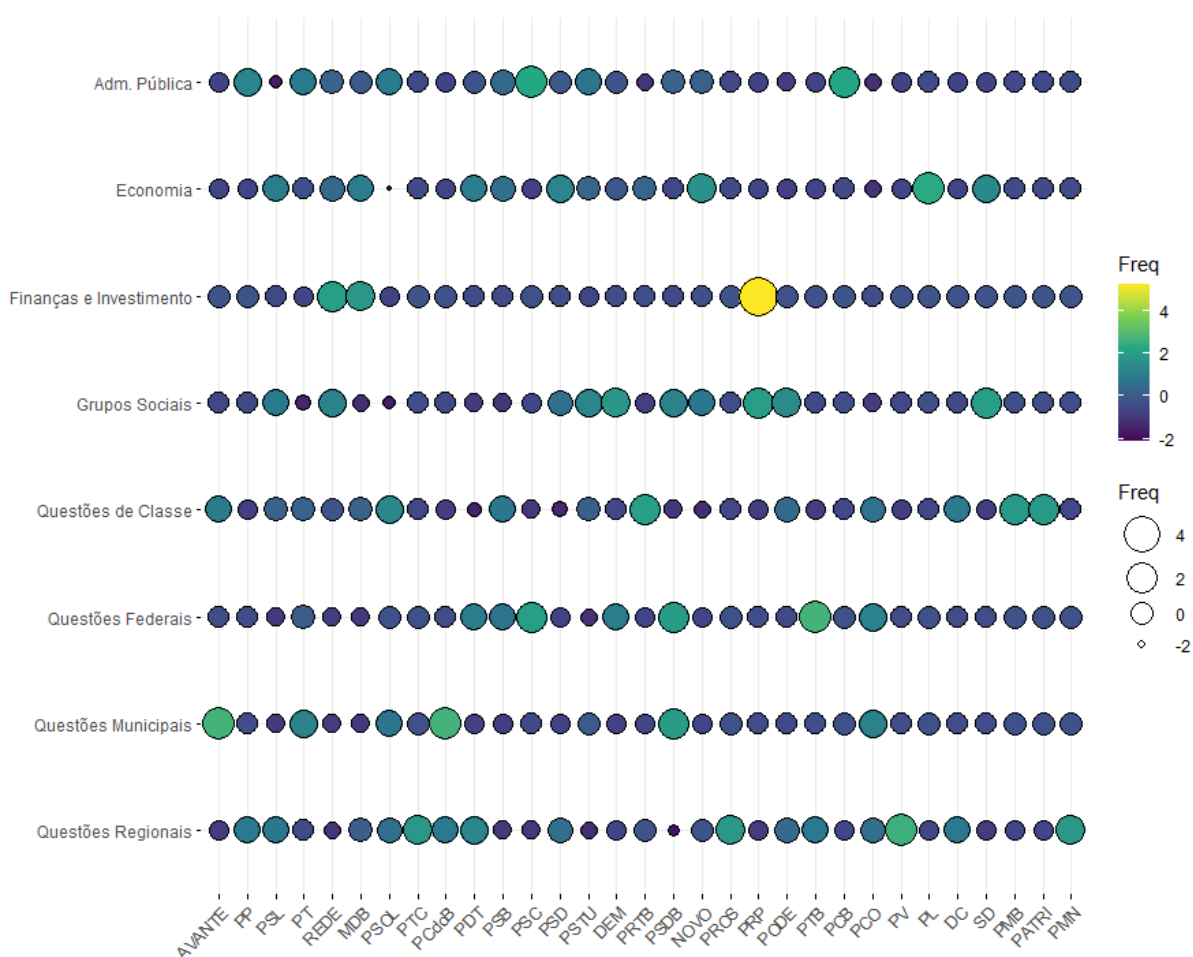
X2	df	p-Valor
199.0345	210	0.6956704

O gráfico abaixo (15) ilustra os resíduos do teste de qui-quadrado. Os valores positivos estão em amarelo, e os negativos em azul escuro na escala de frequência. Essa escala indica quantos desvios-padrão o cruzamento específico de categorias está abaixo ou acima da frequência esperada,

no caso, a independência entre as variáveis. Nesse sentido, as cores do gráfico representam o nível de resíduo para a combinação de categorias, portanto, significa dizer que na célula amarela, de maior valor, existem mais observações que o esperado no modelo de independência.

Esse resultado, no qual os partidos não estão associados às preferências, ou seja, os partidos não têm uma agenda subnacional definida nacionalmente, está em consonância com outros achados da ciência política brasileira. Brito (2018) apontou que não há indícios de uma possível nacionalização dos programas do PT e PSDB e que esses programas são diversos entre si. Vieira e Batista (2018) apontam que, quanto à proposição de leis, "os partidos políticos brasileiros não expressam uma agenda específica sobre determinados assuntos, demonstrando até mesmo, uma grande convergência sobre alguns assuntos". Aqui, os também não há associação entre os partidos e suas preferências, no entanto, outra pergunta ainda é feita no trabalho, sobre a influência da ideologia nas preferências. Por isso, no próximo tópico analiso essa possível relação.

Figura 15 – Gráfico 14 - resíduos do teste de qui-quadrado



Fonte: A autora, 2020.

5.3 A IDEOLOGIA

A relação entre ideologia e preferências é amplamente debatida na ciência política (3). No entanto essa relação é mais comumente associada à alocação dos partidos no espectro ideológico a partir de suas diferentes agendas. Com intuito de investigar a relação contrária propus, baseada no trabalho de Wagner (2012), a influência da ideologia nas preferências temáticas. A premissa proposta pelo autor é que para se diferenciar dos outros, os partidos que estão mais ao extremo do espectro ideológico optam por adotar posições mais extremistas, dito isso, foi proposta aqui a segunda hipótese do trabalho: *H2: A ideologia está relacionada aos tópicos abordados nos programas partidários.*

Tabela 3 – Medidas descritivas da variável Ideologia

mín	máx	média	desvio padrão
-0.8527926	0.7573514	-0.133269	0.560822

Para testar essa hipótese foi preciso excluir os partidos que não têm medida para ideologia, já que o `estimateEffect()`, função do STM para regressão linear, não lida com células vazias (NA). Desse modo, o banco passou a conter 116 linhas com 5 variáveis (Estado, Documento, Ideologia e Partido). A medida de ideologia, mencionada anteriormente (4.4) corresponde a 18 partidos, que tem como o PSOL o partido mais à esquerda (-0.852) e o DEM o partido mais à direita (0.757). A média de ideologia é -0.133 ou seja, em média os partidos avaliados estão à esquerda do espectro ideológico, com 0.56 de desvios padrão.

Como foi dito, a função de regressão do STM não permite entradas vazias, então foi necessário estimar um novo número de tópicos para o novo conjunto de documentos. Com a retirada de 56 programas de governo, foi estimado que $K = 5$. Desse modo, a função estima a regressão na qual documentos são unidades, a variável dependente é a proporção de tópico por documento. Isso permite que o pesquisador estabeleça expectativas de predominância de tópico condicionadas a uma ou mais variáveis independentes. Portanto, a expectativa estabelecida aqui é que a prevalência dos tópicos estejam relacionadas à ideologia do partido do candidato.

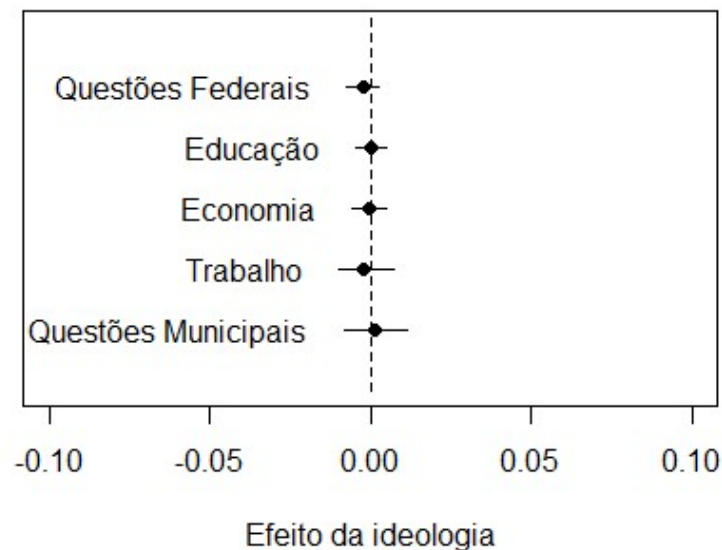
Para avaliar a relação entre as variáveis foi testado, separadamente, 5 OLS bivariadas simples, no qual a variável dependente (V.D) é o tópico e a variável independente é a medida de ideologia. O resultado estimado pelas regressões linear simples mostrou que a ideologia não foi um fator preditor das preferências programáticas dos partidos nas eleições de 2018. O modelo mostrou que a ideologia não está relacionada a predominância de nenhum dos 5 tópicos estimados pelo STM.

Tabela 4 – Resultado dos modelos OLS simples

V.D	Coeficientes	Erro Padrão	t	p-Valor
Q. Federais	-0.002478	0.002515	-0.985	0.327
Educação	-0.0002819	0.0023880	-0.118	0.906
Economia	-0.0005843	0.0026673	-0.219	0.827
Trabalho	-0.001852	0.004411	-0.42	0.675
Q. Municipais	0.002082	0.005085	0.41	0.683

O gráfico abaixo ilustra o efeito marginal da ideologia sobre os tópicos estimados. Todos os tópicos estão muito próximo, ou em cima, da linha de efeito nulo.

Figura 16 – Gráfico 15- efeito estimado da ideologia sobre a prevalência dos tópicos



Fonte: A autora, 2020.

5.4 SÍNTESE

Neste capítulo apresentei os resultados do trabalho. Aqui utilizei o STM (*Structural Topic Model*) para estimar os 8 tópicos do conjunto de documentos. Além de avaliar a estruturação de cada tópico, como palavras mais frequentes e correlação entre tópicos, testei as duas hipóteses que propus para o trabalho.

A interpretação dos tópicos mostrou que os candidatos a governador, como previsto pela teoria no capítulo dois, exercem um papel mais voltado a gestão e administração de recursos. Isso pôde ser notado pela prevalência das palavras em um mesmo tópico. À percepção inicial, pelas palavras que contém no tópico, pode-se ter a impressão de que o tópico fala sobre saúde e educação, por serem os termos principais, no entanto, ao ler os documentos para classificar os tópicos, percebe-se que, na verdade, o tópico fala sobre a municipalização desses serviços,

algumas vezes como forma de descentralizar a gestão estadual, outras como reforço de que o estado tem que garantir esses serviços ao município, com uma abordagem mais centralizadora.

Após a interpretação e classificação dos tópicos, testei a primeira hipótese do trabalho, que versa sobre a associação entre os partidos e as prioridades dos documentos. O intuito dessa hipótese é replicar os argumentos propostos pela teoria da saliência, que diz que os partidos são unidade importante na definição das preferências dos candidatos. No entanto, não a associação não se mostrou estatisticamente significativa, ou seja, não há associação entre as duas variáveis.

Na última parte do capítulo testei a segunda hipótese proposta pelo trabalho. Essa hipótese surge do debate entre ideologia e preferência e como essa relação vem sendo explorada pela ciência política. Desse modo, o argumento utilizado para elaborar a hipótese veio do trabalho de Wagner (2012), a suposição de que ideologia é variável preditora das preferências partidárias. Porém, o resultado da regressão mostrou que também não há relação entre as duas variáveis.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar os tópicos abordados nos programas de governo dos candidatos ao executivo estadual nas eleições de 2018. Os documentos são publicados obrigatoriamente pelos partidos durante o registro de candidatura. No entanto, vale ressaltar que ainda assim alguns candidatos não cumprem essa exigência. Nesse sentido, dentre os 230 candidatos, 172 programas foram mobilizados na pesquisa.

No Brasil, os governadores exercem um papel essencial durante seu mandato, eles são os responsáveis pela alocação de recursos, gestão de políticas públicas e nomeação dos secretários, por exemplo (Abrucio, 1998; Freitas *et al.*, 2015), são atores que exercem um papel fundamental na comunicação entre os estados e a federação (MELO; Pereira; Werneck, 2010). Por isso saber o conteúdo dos seus planos de governo é essencial para saber suas prioridades políticas.

Nesse sentido, o trabalho fez uso da análise de conteúdo com intuito de averiguar o que é comunicado durante a campanha. Aqui, mesmo que o número de documentos não seja extenso, alguns programas o são. Enquanto alguns candidatos, como Marcelo Cândido (PDT-SP), publicam documentos curtos, outros como Aílton Lopes (PSOL-CE) elaboram documentos extensos, assim dificultando a análise manual de todos os documentos.

Os objetivos desse trabalho consistiam em contribuir tanto na literatura quanto na metodologia. Na literatura, aqui busquei contribuir com o debate sobre o executivo estadual nas eleições, e na metodologia, contribuir com a utilização da análise de conteúdo automatizada. Desse modo, procurei responder as perguntas: quais os tópicos abordados nos programas de governo? Existe associação entre o partido do candidato e sua preferência temática? A ideologia está associada às políticas priorizadas nos programas? Para fundamentar teoricamente as perguntas do trabalho mobilizei as teorias de competição eleitoral e o argumento desenvolvido por Wagner (2012).

No Brasil, trabalhos que avaliam a competição programática geralmente olham esse aspecto nas eleições presidenciais. No entanto, alguns esforços recentes vêm olhando para outras arenas. Brito (2018) olha para as agendas com o intuito de investigar se há uma nacionalização, ou seja, se o programa do candidato à presidência influencia os programas subnacionais, encontrando que não há evidências para uma possível nacionalização, ou seja, não há consonância entre as agendas partidárias. Já Salles (2019) avalia a competição nas eleições municipais, e encontra que, essa competição existe, ou seja, os programas de uma mesma cidade se diferenciam programaticamente.

Dito isso, para poder analisar todos os programas de candidato que estivessem disponíveis fiz uso do *Structural Topic Modelling* (STM) técnica de análise de conteúdo automatizada que permite a inserção de metadados ao modelo (Roberts *et al.*, 2014). O modelo tem como uma de suas premissas a ideia de que um mesmo texto pode conter diversos tópicos, como é o caso

dos programas de governo. A análise automatizada surge como saída para poder avaliar muitos documentos. No entanto, a automatização traz consigo alguns problemas (Grimmer; Stewart, 2013), é preciso ressaltar que as estimativas nunca serão perfeitas, outra questão a ser posta é que esse método também não avalia a posição das políticas, ou seja, não infere sobre o caráter positivo ou negativo do tema, se o candidato é contra ou a favor.

Definidos o objeto, literatura e método, o primeiro desafio do trabalho foi a aquisição dos documentos. Foi preciso fazer uso de técnicas de raspagem de dados para mitigar o trabalho de acessar um documento por vez. Com os documentos em mãos, foi ainda preciso transformá-los em um documento de texto, já que todos estão em formato de .pdf. Como o objetivo avaliar a importância dos partidos e da ideologia foi preciso acrescentar essa informação ao texto. Para isso, o nome de cada documento foi alterado com essa informação, com o nome do partido, estado e ideologia do partido, estimada pelo BLS. O R permite que as covariáveis sejam estimadas a partir do nome do documento.

Com o corpus definido, 172 programas, o passo seguinte foi remover palavras que não interessavam para a análise, extrair as raízes das palavras e estimar o número de tópicos (K). O STM estimou que com 8 tópicos o resultado teria menos resíduo e uma boa coerência semântica (7,8). A partir dessa escolha, os tópicos foram estimados, interpretados e nomeados.

A priori, ao analisar previamente os tópicos olhando apenas para as palavras mais frequentes, é pouco claro sobre o que os programas realmente falavam. Por isso, foi preciso ir além e buscar nos documentos o sentido de cada tópico. A interpretação permitiu afirmar que, nos programas eleitorais dos governadores, eles têm uma abordagem diferente sobre a política. Aqui algumas vezes o objeto da política pareceu interessar pouco, certos tópicos podem abordar saúde, emprego, educação no mesmo tópico, no entanto, o que pareceu importar é a abordagem, ou seja, se a proposta é sobre administrar, financiar a política ou se é uma questão municipal, estadual ou federal. Ainda assim, foram estimados temas como grupos sociais e questões de classe e economia.

Esse resultado evidenciou a diferença de responsabilidades que existe entre o legislativo e o executivo. Enquanto os temas mais salientes no legislativo são os diferentes objetos de políticas públicas (Moreira, 2016; Vieira; Batista, 2018; Batista, 2020), os tópicos encontrados nos programas de governo para o executivo subnacional dão destaque às funções administrativas dos governadores, como a gestão, administração pública e diálogo com os governos municipal e federal.

Com a definição e classificação dos tópicos, segui o trabalho (5) no sentido de testar as hipóteses propostas. Para avaliar se os partidos estão associados a saliência temática realizei um teste de qui-quadrado, o resultado mostrou que essa associação não se fez presente nas eleições de 2018, esse resultado está em consonância com o trabalho de Brito (2018), que avaliou o PT e o PSDB nas eleições de 2010 e 2014 e o resultado de Batista e Vieira (2018), que analisou os projetos de lei do legislativo nacional. Na segunda hipótese do trabalho busquei avaliar se a

ideologia do partido poderia prever a saliência dos temas nos programas, essa hipótese também não se confirmou, resultado contrário ao trabalho de Wagner (2012).

As evidências encontradas no trabalho mostram que os candidatos ao governo estadual reforçam nos seus programas o papel de administradores e gestores de políticas, no entanto alguns temas para além disso foram encontrados, como a importância dos grupos sociais nos projetos e de questões trabalhistas. No entanto, com o resultado do qui-quadrado, os partidos parecem não ter suas preferências uniformizadas. Ser mais à esquerda ou à direita também não diz sobre as prioridades dos partidos, pelo menos não nas eleições de 2018.

Embora tenha encontrado resultados, é preciso salientar que a análise de conteúdo automatizada é um método que contém erros e imprecisões. Aqui, a questão dos resíduos do trabalho (7), influencia na estimação dos tópicos. Mesmo que tente mitigar essas questões, alguns tópicos não são estimados porque têm pouca ocorrência nos documentos. A análise de um só período eleitoral também constitui uma problemática do trabalho, o melhor cenário seria avaliar as preferências de outros períodos eleitorais, para então tentar averiguar possíveis padrões de saliência temática dos partidos. Os achados também apontam para a necessidade de se aprofundar os estudos sobre a nacionalização e os subsistemas estaduais, ressaltando que, as eleições estão inseridas em um contexto pontual e marcado no tempo e espaço.

Em suma, o fim do trabalho deixa ainda algumas questões. É preciso fomentar o uso da análise automatizada no Brasil e, principalmente, adaptar essas técnicas disponíveis às complexidades da nossa língua e responder perguntas como: As prioridades dos candidatos ao governo estadual mudam ao longo tempo? Fatores geográficos, com o estado ou região, tem influência sobre as políticas públicas priorizadas? Por fim, é preciso incentivar o uso dos programas como ferramenta de comunicação eleitoral, já que, essa plataforma permite que os candidatos registrem formalmente seus planos para a população.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. [S.l.]: Editora Hucitec, 1998. Citado nas páginas 31 e 66.
- AMARAL, O. E. d. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. 2013. Citado na página 12.
- AMARAL, O. E. d.; TANAKA, M. Como os brasileiros escolhem os governadores? desvendando as razões do voto para os executivos estaduais no Brasil em 2014. **Opinião Pública**, SciELO Brasil, v. 22, n. 3, p. 675–701, 2016. Citado nas páginas 31 e 33.
- ANSOLABEHERE, S. *et al.* Does attack advertising demobilize the electorate? **American political science review**, JSTOR, p. 829–838, 1994. Citado na página 21.
- ANSOLABEHERE, S.; SNYDER, J. M. Valence politics and equilibrium in spatial election models. **Public Choice**, Springer, v. 103, n. 3-4, p. 327–336, 2000. Citado nas páginas 15, 16 e 19.
- BABIRESKI, F. R. As diferenças entre a direita do Brasil, Chile e Uruguai: análise dos programas e manifestos partidários. **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, v. 3, n. 1, 2014. Citado na página 26.
- BATISTA, M. QUAIS POLÍTICAS IMPORTAM? Usando ênfase na agenda legislativa para mensurar saliência. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, scielo, v. 35, 2020. Citado nas páginas 58 e 67.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. [S.l.]: Editora Vozes Limitada, 2017. Citado nas páginas 36, 37 e 38.
- BENOIT, W. L. *et al.* Content analysis in political communication. In: **Sourcebook for political communication research**. [S.l.]: Routledge, 2010. p. 290–302. Citado na página 38.
- BLACK, D. On the rationale of group decision-making. **Journal of political economy**, The University of Chicago Press, v. 56, n. 1, p. 23–34, 1948. Citado na página 13.
- BRITO, A. U. d. **Nacionalização ou subsistema?: uma análise comparativa entre os programas de governo do PT e PSDB em suas candidaturas à presidência e aos governos estaduais**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Pernambuco, 2018. Citado nas páginas 27, 28, 31, 62, 66 e 67.
- BUDGE, I. A new spatial theory of party competition: Uncertainty, ideology and policy equilibria viewed comparatively and temporally. **British journal of political science**, JSTOR, p. 443–467, 1994. Citado na página 16.
- BUDGE, I. Issue emphases, saliency theory and issue ownership: a historical and conceptual analysis. **West European Politics**, Taylor & Francis, v. 38, n. 4, p. 761–777, 2015. Citado na página 17.
- BUDGE, I. *et al.* **Ideology, strategy and party change: spatial analyses of post-war election programmes in 19 democracies**. [S.l.]: Cambridge University Press, 1987. Citado nas páginas 22 e 23.

- BUDGE, I.; FARLIE, D. Party competition: selective emphasis or direct confrontation?: an alternative view with data. 1983. Citado nas páginas 12, 16, 17, 20, 22, 23, 25, 26 e 30.
- BUDGE, I. *et al.* **Mapping policy preferences: estimates for parties, electors, and governments, 1945-1998**. [S.l.]: Oxford University Press on Demand, 2001. v. 1. Citado nas páginas 23 e 24.
- BUDGE, I.; MEYER, T. M. Understanding and validating the left-right scale (rile). **Mapping policy preferences from texts**, Oxford University Press, v. 3, p. 85–106, 2013. Citado na página 24.
- CAMPBELL, A. *et al.* **The american voter**. [S.l.]: University of Chicago Press, 1980. Citado na página 13.
- CASTRO-CONDE, C. A.; VOLKENS, A. ¿ por qué y cómo se está extendiendo el manifesto project a américa latina? Asociación Española de Ciencia Política y de la Administración (AECPA), 2017. Citado na página 23.
- CERVI, E. U. Eleições casadas, votos solteiros e pt em namoro eleitoral com psdb: uma descrição da tendência de polarização das eleições presidenciais entre 1994 e 2014. **Em debate: periódico de opinião pública e conjuntura política: ano 6, n. 6 (out. 2014)**, 2014. Citado na página 33.
- CLARKE, H. D. *et al.* **Performance politics and the British voter**. [S.l.]: Cambridge University Press, 2009. Citado nas páginas 15 e 16.
- COHEN, B. C. **Press and foreign policy**. [S.l.]: Princeton university press, 2015. Citado na página 20.
- COLOMER, J. M.; PUGLISI, R. Cleavages, issues and parties: a critical overview of the literature. **European political science**, Springer, v. 4, n. 4, p. 502–520, 2005. Citado nas páginas 20 e 25.
- CONVERSE, P. E.; CLAUSEN, A. R.; MILLER, W. E. Electoral myth and reality: the 1964 election. **The American Political Science Review**, JSTOR, v. 59, n. 2, p. 321–336, 1965. Citado na página 14.
- CONWAY, M. The subjective precision of computers: A methodological comparison with human coding in content analysis. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 83, n. 1, p. 186–200, 2006. Citado na página 37.
- CORTEZ, R. d. P. S. **Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro (1990-2006)**. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2009. Citado nas páginas 32 e 33.
- DALTON, R. J.; FARRELL, D. M.; MCALLISTER, I. **Political parties and democratic linkage: How parties organize democracy**. [S.l.]: Oxford University Press, 2011. Citado na página 12.
- DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of political economy**, The University of Chicago Press, v. 65, n. 2, p. 135–150, 1957. Citado nas páginas 12, 13, 16, 22 e 26.
- DUVERGER, M. **Los partidos políticos**. [S.l.]: FCE de España, 2002. Citado na página 32.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. na, 1993. Citado na página 37.

FARRELL, D. M. **Electoral systems: A comparative introduction**. [S.l.]: Macmillan International Higher Education, 2011. Citado na página 32.

FREITAS, V. E. V. d. S. *et al.* Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo. [sn], 2015. Citado nas páginas 34 e 66.

GEMENIS, K. What to do (and not to do) with the c omparative m anifestos p roject data. **Political Studies**, Wiley Online Library, v. 61, p. 3–23, 2013. Citado nas páginas 24 e 25.

GEYS, B. Success and failure in electoral competition: Selective issue emphasis under incomplete issue ownership. **Electoral Studies**, Elsevier, v. 31, n. 2, p. 406–412, 2012. Citado na página 21.

GOULART, M.; FERREIRA, A. R. Centro esquerda e social-democracia no brasil: uma análise dos programas eleitorais do partido dos trabalhadores e do partido da social democracia brasileira nas eleições de 2014. 2016. Citado nas páginas 28, 29 e 30.

GRIMMER, J.; KING, G. A general purpose computer-assisted clustering methodology: Supplemental notes. **Department of Political Science, Stanford University**, CiteSeer, 2010. Citado na página 40.

GRIMMER, J.; STEWART, B. M. Text as data: The promise and pitfalls of automatic content analysis methods for political texts. **Political analysis**, Cambridge University Press, v. 21, n. 3, p. 267–297, 2013. Citado nas páginas 38, 39, 40, 41, 46 e 67.

GROFMAN, B. Downs and two-party convergence. **Annu. Rev. Polit. Sci.**, Annual Reviews, v. 7, p. 25–46, 2004. Citado nas páginas 12, 22 e 30.

HOTELLING, H. **The collected economics articles of Harold Hotelling**. [S.l.]: Springer Science & Business Media, 2012. Citado na página 13.

INÁCIO, M.; AMARAL, E. F. d. L. Government or opposition? the determinants of legislative support for governors in brazil. **Sage Open**, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 3, n. 3, p. 2158244013502492, 2013. Citado na página 34.

IYENGAR, S. **Is anyone responsible?: How television frames political issues**. [S.l.]: University of Chicago Press, 1994. Citado na página 37.

IZUMI M; MOREIRA, D. O texto como dado: desafios e oportunidades para as ciências sociais. **ANPOCS**, n. 86, 2/2018, p. 138–174, oct 2018. Citado nas páginas 39, 40 e 41.

JORGE, V. L. *et al.* Análise dos programas eleitorais dos candidatos a presidente em 2014: o posicionamento ideológico do pt e do psdb. **Revista de Sociologia e Política**, SciELO Brasil, v. 26, n. 67, p. 1–20, 2018. Citado nas páginas 24, 26, 27, 28, 29 e 30.

JR, O. B. L. Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional 1945-64. **Rio de Janeiro: Graal**, 1983. Citado nas páginas 31 e 32.

JUNGHERR, A. Twitter use in election campaigns: A systematic literature review. **Journal of information technology & politics**, Taylor & Francis, v. 13, n. 1, p. 72–91, 2016. Citado na página 38.

KLINGEMANN, H.-D.; HOFFERBERT, R. I.; BUDGE, I. **Parties, policies, and democracy**. [S.l.]: Westview Press, 1994. Citado na página 22.

KLINGEMANN, H.-D. *et al.* **Mapping policy preferences II: estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union, and OECD 1990-2003**. [S.l.]: Oxford University Press on Demand, 2006. v. 2. Citado na página 22.

LASSWELL, H. D. The structure and function of communication in society. **The communication of ideas**, New York, v. 37, n. 1, p. 136–139, 1948. Citado na página 17.

LAVER, M.; BENOIT, K.; GARRY, J. Extracting policy positions from political texts using words as data. **American political science review**, Cambridge University Press, v. 97, n. 2, p. 311–331, 2003. Citado nas páginas 25 e 37.

LIMONGI, F.; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos estudos CEBRAP**, SciELO Brasil, n. 88, p. 21–37, 2010. Citado nas páginas 32 e 33.

LIMONGI, F.; VASSELAI, F. Coordenando candidaturas: coligações e fragmentação partidária nas eleições gerais brasileiras. 2016. Citado nas páginas 32 e 33.

LUCAS, C. *et al.* Computer-assisted text analysis for comparative politics. **Political Analysis**, Cambridge University Press, v. 23, n. 2, p. 254–277, 2015. Citado nas páginas 37 e 41.

MADEIRA, R. M.; TAROUÇO, G. d. S. Como partidos significam e legitimam suas origens? saliency theory e análise dos textos partidários. 2012. Citado na página 27.

MADEIRA, R. M.; TAROUÇO, G. da S. Esquerda e direita no brasil: uma análise conceitual. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, 2011. Citado na página 26.

MADEIRA, R. M.; VIEIRA, S. M.; TAROUÇO, G. da S. Agendas, preferências, competição: Pt e psdb em disputas presidenciais. **Caderno CRH**, v. 30, n. 80, p. 257–273, 2017. Citado nas páginas 27 e 28.

MADGE, J. The tools of social science. **Longmans, Green and Co. Inc., New York**, 1953. Citado na página 17.

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. J. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases**. [S.l.]: Paz e Terra, 2000. Citado na página 29.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. **Public opinion quarterly**, Oxford University Press, v. 36, n. 2, p. 176–187, 1972. Citado na página 20.

MEGUID, B. **Party competition between unequals**. [S.l.]: Cambridge: Cambridge University Press, 2008. v. 10. Citado na página 22.

MEGUID, B. M. Competition between unequals: The role of mainstream party strategy in niche party success. **American Political Science Review**, JSTOR, p. 347–359, 2005. Citado na página 17.

MELO, C. R. F. d. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no brasil. 2010. Citado na página 33.

MELO, M. A.; PEREIRA, C.; WERNECK, H. Delegation dilemmas: Coalition size, electoral risk, and regulatory governance in new democracies. **Legislative Studies Quarterly**, Wiley Online Library, v. 35, n. 1, p. 31–56, 2010. Citado nas páginas 31 e 66.

MIKHAYLOV, S.; LAVER, M.; BENOIT, K. R. Coder reliability and misclassification in the human coding of party manifestos. **Political Analysis**, Cambridge University Press, v. 20, n. 1, p. 78–91, 2012. Citado na página 24.

MOREIRA, D. C. **Com a palavra os nobres deputados: frequência e ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros**. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2016. Citado nas páginas 28, 58 e 67.

MOSER, S.; PATTY, J. W.; PENN, E. M. The structure of heresthetical power. **Journal of Theoretical Politics**, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 21, n. 2, p. 139–159, 2009. Citado na página 19.

NEUENDORF, K. A.; KUMAR, A. Content analysis. **The international encyclopedia of political communication**, Wiley Online Library, p. 1–10, 2015. Citado nas páginas 36, 37 e 38.

PAISLEY, J. *et al.* A nested hdp for hierarchical topic models. **arXiv preprint arXiv:1301.3570**, 2013. Citado na página 40.

PETROCIK, J. R. Issue ownership in presidential elections, with a 1980 case study. **American journal of political science**, JSTOR, p. 825–850, 1996. Citado nas páginas 12, 16, 20, 21, 25, 26 e 30.

PETROCIK, J. R.; BENOIT, W. L.; HANSEN, G. J. Issue ownership and presidential campaigning, 1952–2000. **Political Science Quarterly**, JSTOR, v. 118, n. 4, p. 599–626, 2003. Citado na página 21.

POWER, T. J.; JR, C. Z. Estimating ideology of brazilian legislative parties, 1990–2005: a research communication. **Latin American Research Review**, JSTOR, p. 218–246, 2009. Citado na página 29.

REBELLO, M. M. A disputa nos governos estaduais (1994–2014): a batalha entre incumbents e oposição. **Opinião Pública**, SciELO Brasil, v. 23, n. 1, p. 168–193, 2017. Citado na página 31.

RIKER, W. **The art of political manipulation**. [S.l.]: Yale University Press, 1986. v. 587. Citado nas páginas 20 e 26.

RIKER, W. H. Political science and rational choice. **Perspectives on positive political economy**, Cambridge University Press Cambridge, p. 163–81, 1990. Citado nas páginas 19 e 20.

RIKER, W. H. **Agenda formation**. [S.l.]: University of Michigan press, 1993. Citado nas páginas 19 e 20.

ROBERTS, M. E. *et al.* Structural topic models for open-ended survey responses. **American Journal of Political Science**, Wiley Online Library, v. 58, n. 4, p. 1064–1082, 2014. Citado nas páginas 36, 41, 48 e 66.

ROBERTSON, D. B. *et al.* **A theory of party competition**. [S.l.]: Wiley London, 1976. Citado nas páginas 17, 22 e 30.

- SALLES, N. Programs and parties: Rethinking electoral competition through analysis of brazilian 'grotões'. **Brazilian Political Science Review**, SciELO Brasil, v. 13, n. 2, 2019. Citado nas páginas 12, 28, 30 e 66.
- SANDERS, D. *et al.* Downs, stokes and the dynamics of electoral choice. **British Journal of Political Science**, Cambridge University Press, v. 41, n. 2, p. 287–314, 2011. Citado nas páginas 12, 13, 14, 15 e 16.
- SANDES-FREITAS, V. E. V. de; BIZZARRO-NETO, F. A. Presidential and subnational elections: The logic of party alignments in brazil (1994–2010). In: **Coalition Politics and Federalism**. [S.l.]: Springer, 2018. p. 129–163. Citado nas páginas 32 e 33.
- SCHOFIELD, N. A valence model of political competition in britain: 1992–1997. **Electoral Studies**, Elsevier, v. 24, n. 3, p. 347–370, 2005. Citado na página 15.
- SEMETKO, H. A.; VALKENBURG, P. M. Framing european politics: A content analysis of press and television news. **Journal of communication**, Wiley Online Library, v. 50, n. 2, p. 93–109, 2000. Citado na página 37.
- SIDES, J. The origins of campaign agendas. **British Journal of Political Science**, JSTOR, p. 407–436, 2006. Citado na página 21.
- SIGELMAN, L.; JR, E. H. B. Avoidance or engagement? issue convergence in us presidential campaigns, 1960–2000. **American Journal of Political Science**, Wiley Online Library, v. 48, n. 4, p. 650–661, 2004. Citado na página 19.
- SOARES, M. M. **Teoria do sistema federal: heterogeneidades territoriais, democracia e instituições políticas**. Tese (Doutorado) — Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da ..., 1997. Citado na página 31.
- SPOON, J.-J. Holding their own: Explaining the persistence of green parties in france and the uk. **Party Politics**, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 15, n. 5, p. 615–634, 2009. Citado na página 26.
- STOKES, D. E. Spatial models of party competition. **American political science review**, Cambridge University Press, v. 57, n. 2, p. 368–377, 1963. Citado nas páginas 12, 13, 14, 16, 22 e 23.
- TADDY, M. On estimation and selection for topic models. In: **Artificial Intelligence and Statistics**. [S.l.: s.n.], 2012. p. 1184–1193. Citado na página 47.
- TAROUCO, G. Os partidos e a constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda. **IUPERJ. doi**, v. 10, 2007. Citado nas páginas 26 e 27.
- TAROUCO, G. d. S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no brasil. **Revista de Sociologia e política**, SciELO Brasil, v. 21, n. 45, p. 149–165, 2013. Citado nas páginas 26, 27 e 30.
- VIEIRA, B.; BATISTA, M. Sobre o que os deputados legislam? **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 9, n. 2, p. 29–43, 2018. Citado nas páginas 29, 58, 62 e 67.
- VOLKENS, A. **Manifesto Data Set. MDS 2005 Data Handbook**. [S.l.]: Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB), 2005. Citado na página 24.

VOLKENS, A. Strengths and weaknesses of approaches to measuring policy positions of parties. **Electoral Studies**, Elsevier, v. 26, n. 1, p. 108–120, 2007. Citado na página 23.

VOLKENS, A. *et al.* Scope, range, and extent of manifesto project data usage: A survey of publications in eight high-impact journals. **Handbook for Data Users and Coders**. WZB, 2015. Citado na página 23.

VOLKENS, A. *et al.* The manifesto data collection. manifesto project (mrg/cmp/marpor). **Wissenschaftszentrum Berlin** (<https://manifestoproject.wzb.eu/>), 2012. Citado na página 22.

WAGNER, M. When do parties emphasise extreme positions? how strategic incentives for policy differentiation influence issue importance. **European Journal of Political Research**, Wiley Online Library, v. 51, n. 1, p. 64–88, 2012. Citado nas páginas 25, 26, 30, 35, 63, 65, 66 e 68.

WALGRAVE, S.; LEFEVERE, J.; NUYTEMANS, M. Issue ownership stability and change: How political parties claim and maintain issues through media appearances. **Political Communication**, Taylor & Francis, v. 26, n. 2, p. 153–172, 2009. Citado na página 19.

WALLACH, H. M. *et al.* Evaluation methods for topic models. In: **Proceedings of the 26th annual international conference on machine learning**. [S.l.: s.n.], 2009. p. 1105–1112. Citado na página 47.

WARWICK, P. V. Policy horizons in west european parliamentary systems. **European Journal of Political Research**, Springer, v. 38, n. 1, p. 37–61, 2000. Citado na página 25.